

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ  
DEPARTAMENTO DE LETRAS E ARTES  
CURSO DE JORNALISMO**

**VANESSA DA CONCEIÇÃO COSTA**

**A REPRESENTAÇÃO POLÍTICA POR MEIO DO HUMOR: Um estudo semiótico das  
charges políticas nos jornais *O Globo* e *Folha de S. Paulo*, no período pós-  
redemocratização**

**MACAPÁ-AP**

**2015**

**VANESSA DA CONCEIÇÃO COSTA**

**A REPRESENTAÇÃO POLÍTICA POR MEIO DO HUMOR: Um estudo semiótico das charges políticas nos jornais *O Globo* e *Folha de S. Paulo*, no período pós-redemocratização**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado a Universidade Federal do Amapá como exigência para obtenção do grau de Bacharel em Jornalismo.

Orientador: Dr. Rafael Wagner dos Santos Costa

**MACAPÁ-AP**

**2015**

**VANESSA CONCEIÇÃO COSTA**

**A REPRESENTAÇÃO POLÍTICA POR MEIO DO HUMOR: Um estudo semiótico das charges políticas nos jornais *O Globo* e *Folha de S. Paulo*, no período pós-redemocratização**

Este trabalho de conclusão de curso foi julgado e \_\_\_\_\_ para obtenção de título de graduação no Curso de Bacharelado em Jornalismo na Universidade Federal do Amapá.

Macapá-AP, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2015.

**BANCA AVALIADORA**

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Isabel Regina Augusto

---

Prof.<sup>a</sup> Msc. Luciana Macedo

---

Prof.<sup>o</sup> Dr. Rafael Wagner dos Santos Costa (Orientador)

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por mais esse sonho concretizado, ao ensinamento de todos os professores, ao apoio da minha família, amigos e a mim que mantive o meu foco para não desistir dos meus ideais.

Quero agradecer a todos que me apoiaram a estar firme durante toda essa trajetória, caminho esse que irá me levar à realização dos meus sonhos!

Agradecer aos meus pais, Vera Rodrigues da Conceição Costa e José Braz da Costa, que sempre investiram na minha educação e, não mediram esforços para que eu tivesse a oportunidade de concluir meus estudos.

Agradecer a toda minha família sem a qual nada disso seria possível. Obrigada pelo apoio, carinho e compreensão. Essa vitória não é só minha, é nossa!

Agradeço ao meu orientador, Dr. Rafael Wagner dos Santos Costa, pela dedicação na tarefa de ajudar na concretização deste trabalho.

Agradeço ao meu colega e amigo José Castro Barreto da Penha, que apesar de não estar mais entre nós, dividiu comigo a autoria de vários trabalhos acadêmicos e ótimas conversas nos corredores da Universidade.

Agradeço e dedico o meu TCC a todos aqueles que fizeram do meu sonho real, me proporcionando forças para que eu não desistisse de ir atrás do que eu buscava para minha vida. Muitos obstáculos foram impostos para mim durante esses últimos anos, mas graças a vocês eu não fraquejei. Obrigada por tudo família, professores, amigos e colegas.

*“Para mim, é tudo farinha do mesmo saco.”*

Glauco, sobre os políticos

## RESUMO

A charge figura no jornalismo opinativo como grande forma de expressão da opinião sobre assuntos políticos atuais, pois utiliza o humor para expressar através de símbolos o pensamento coletivo. Por isso, é um recurso amplamente utilizado, por apresentar diversos temas, caracterizando-se, principalmente, pela ênfase dada às temáticas político-sociais. Assim, a charge expressa um dado momento histórico, e tem grande importância para o jornalismo. O presente trabalho tem como objetivo traçar um breve histórico da charge como recurso do jornalismo opinativo utilizando como base para análise os jornais *O Globo* e *Folha de S. Paulo*, no período pós-redemocratização, por estes possuírem grande destaque no jornalismo impresso. Para compreender o papel da charge, faremos uma análise semiótica, tendo como base as concepções de Charles Sanders Peirce e seus interlocutores acerca do estudo dos signos e das interpretações possibilitadas. Com isso, objetivamos traçar um novo olhar sob a charge como gênero jornalístico, visto que este faz parte do cotidiano do jornalismo impresso, apresentando elementos políticos que auxiliam na compreensão de sua ampla utilização.

**Palavras-chave:** Charge. Jornalismo opinativo. Representação política. Semiótica.

## RÉSUMÉ

La charge figure dans le journalisme d'opinion comme une grande forme d'expression de l'opinion sur les questions politiques actuelles, car elle utilise l'humour pour exprimer à travers des symboles la pensée collective. Elle est donc une ressource largement utilisée, notamment pour présenter divers sujets, mais principalement par l'accent mis sur les questions politiques et sociales. Ainsi, la charge exprime un moment historique donné, et il est très important pour le journalisme. Le présent travail vise à tracer un bref historique de la charge comme ressource du journalisme d'opinion en utilisant comme base pour l'analyse les journaux *O Globo* et *Folha de São Paulo*, dans le période post-démocratie, car ils possèdent une grande importance dans le journalisme imprimé. Pour comprendre le rôle de la charge, nous faisons l'analyse sémiotique, sur la base des points de vue de Charles Sanders Peirce et ses interlocuteurs en ce que concerne l'étude des signes et les interprétations possibles faites. Nous visons à tracer un nouveau regard sur la charge comme un genre journalistique, car il fait partie de la presse écrite quotidienne, avec des éléments politiques qui aident à la compréhension de sa large utilisation.

**Mots-clés:** La charge. Journalism d'opinion. La représentation politique. Sémiotique.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 - CHARGE PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA DO BRASIL.....	18
FIGURA 2 - CHARGE HOMENAGEM GENERAL BENJAMIN CONSTANT.....	19
FIGURA 3 - CHARGE PERSONAGEM JECA.....	21
FIGURA 4 - CHARGE SOBRE A CENSURA.....	22
FIGURA 5 - CHARGE ELEIÇÕES DIRETAS FOLHA.....	29
FIGURA 6 - CHARGE ELEIÇÕES DIRETAS O GLOBO.....	29
FIGURA 7- CHARGE FORA COLLOR.....	30
FIGURA 8 - CHARGE PLANO REAL.....	31
FIGURA 9 - CHARGE ELEIÇÃO DO PRESIDENTE LULA.....	32
FIGURA 10 – CHARGE MENSALÃO.....	32
FIGURA 11 - CHARGE DILMA PRESIDENTE.....	33
FIGURA 12 – DILMA PRESIDENTE 2.....	33
FIGURA 13 - CAPA DO JORNAL O GLOBO.....	34
FIGURA 14 - GRÁFICO DO SIGNO.....	37
FIGURA 15 - TABELA DAS TRICOTOMIAS DO SIGNO.....	41
FIGURA 16- CHARGE PROTESTOS DE JUNHO DE 2013.....	47
FIGURA 17- CHARGE ICÔNICA DOS PROTESTOS DE JUNHO.....	49
FIGURA 18- CHARGE PROTESTOS DE JUNHO ÍNDICE.....	51
FIGURA 19 - CHARGE PROTESTOS DE JUNHO SÍMBOLO.....	53

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	09
<b>1 A CHARGE E O JORNALISMO</b> .....	13
1.1 A CHARGE E A HISTÓRIA.....	16
1.2 A CHARGE E O GÊNERO OPINATIVO.....	22
1.3 A CHARGE POLÍTICA.....	24
1.4 O GLOBO E FOLHA DE S. PAULO EM CHARGES.....	26
<b>2 A CONSTRUÇÃO DA SEMIÓTICA PEIRCEANA</b> .....	35
2.1 AS CATEGORIAS FENOMENOLÓGICAS (FENEROSCÓPICAS) DE PEIRCE.....	36
2.2 O SIGNO PEIRCEANO.....	37
2.3 AS TRICOTOMIAS DO SIGNO.....	39
2.3.1 Da relação entre o signo e o seu próprio representamen.....	41
2.3.2 Da relação entre o signo e o seu objeto.....	42
2.3.3 Da relação entre o signo e o seu interpretante.....	44
<b>3 O PODER SÍGNICO DAS CHARGES</b> .....	46
3.1 O PODER ICÔNICO DA CHARGE.....	48
3.2 O PODER INDICIAL DA CHARGE .....	50
3.3 O PODER SIMBÓLICO DA CHARGE.....	52
3.4 CONSIDERAÇÕES SOBRE A SEGUNDA TRICOTOMIA DOS SIGNOS.....	54
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	56
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	58

## INTRODUÇÃO

No jornalismo, a charge é utilizada para satirizar determinado evento ou pessoa, fazendo uso da caricatura como forma de retratar a atualidade. Tal recurso é amplamente utilizado no jornalismo impresso e pertence ao gênero opinativo.

A charge pode apresentar várias temáticas, mas sempre acaba sendo caracterizada pela ênfase político-social, na qual representa os principais acontecimentos em determinado período. Assim, mostra a visão do chargista sobre os acontecimentos mais contundentes ao seu redor que, no caso dos veículos impressos, expressa claramente a opinião do jornal sobre o tema abordado.

A história recente do Brasil foi marcada por uma quantidade expressiva de fatos políticos relevantes. Dentre eles, alguns foram fundamentais para a tomada de um novo rumo político e social do país. Desde o final da década de 1980, o país vem passando por um processo de redemocratização e contou com a participação de diversos movimentos sociais como as *Diretas Já*, *Caras Pintadas* e *Protesto dos 20 centavos*<sup>1</sup>.

Além disso, ocorreram crises econômicas, a criação do plano real e a ascensão da política de esquerda com a eleição de um presidente sindicalista. Assim como estes, outros fatos, além de se tornarem manchetes nos jornais impressos do Brasil, também acabaram sendo retratados em charges de forma crítica por parte destes veículos de comunicação.

Os jornais *O Globo* e *Folha de S. Paulo*, que circulam desde a década de 1920, possuem grande destaque dentro do jornalismo impresso, pois estão entre os três jornais mais vendidos no Brasil e, juntos, tiveram a média de 685.605 exemplares em circulação paga no ano de 2014, de acordo com o *ranking* da Associação Nacional de Jornais (ANJ), ficando atrás apenas do jornal *Super Notícia* de Minas Gerais.

Outro dado importante é que ambos os jornais valorizam a charge como recurso estilístico nos seus cadernos de opinião, destacando-se grandes nomes que puderam apresentar seus trabalhos nesses jornais. Tais como Aroeira, Chico Caruso, Erthal e Henfil, no jornal *O Globo*; e Angeli, Glauco e Santiago no jornal *Folha de S. Paulo*. Há, inclusive, edições especiais de livros ilustrados com as charges mais marcantes da carreira de alguns deles nesses jornais, como a do chargista Glauco Vilas Boas, que teve um livro produzido com charges da crise do governo Lula pelo jornal *Folha de S. Paulo*.

---

<sup>1</sup> Este evento será abordado de forma mais contundente, através de charge, no decorrer do trabalho.

Dessa forma, dentro da perspectiva da abordagem jornalística, e com base nos estudos desenvolvidos por autores que discorreram sobre o tema, o presente trabalho almeja contribuir para que seja traçado um novo olhar sobre a charge como gênero opinativo, considerando que a charge faz parte do cotidiano do jornalismo impresso e apresenta elementos políticos que podem ajudar a entender um pouco mais sobre a sua utilização. Discutiremos no decorrer deste trabalho sobre a forma como a política brasileira foi representada por jornais diários, mais especificamente, no período pós-redemocratização.

Para isso, utilizaremos como base teórica importantes autores que discorreram sobre o tema. O trabalho inicia com a análise material referente às charges dentro do jornalismo opinativo, assim como as charges inseridas no jornalismo político, com destaque para obras que reforçam o gênero como elemento representativo da política brasileira. Dentre os autores estão José Marques de Melo (2003) e Franklin Martins (2011), além de publicações específicas sobre charges de Neltair (2010) e Lemos (2006).

O livro *Jornalismo Opinativo: Gêneros Opinativos no Jornalismo Brasileiro* de José Marques de Melo (2003) traça o perfil do jornalismo brasileiro baseado nas características dos diferentes gêneros opinativos, tais como editorial, comentário, artigo, resenha ou crítica, coluna, crônica, caricatura e carta, onde o autor ressalta as mudanças através da história e de como afetam a publicação da informação.

A obra de Melo permitiu conhecer o universo opinativo do jornal e da revista. Além disso, esta obra não se limita ao texto, mas incorpora igualmente a imagem. Seu uso é também importante instrumento de opinião e atende muitas vezes ao imperativo de influenciar um público maior que aquele dedicado à leitura atenta dos gêneros opinativos convencionais como editorial, artigo, crônica, por exemplo.

A charge se diferencia das demais espécies, pois sua validade humorística advém do real, da apreensão de facetas ou de instantes que traduzem o ritmo de vida da sociedade, que flagram as expressões hilariantes do cotidiano. A charge contém a expressão da opinião sobre determinado acontecimento e só adquire sentido no espaço jornalístico, porque se nutre de símbolos e valores que fluem permanentemente e estão sintonizados com o pensamento coletivo, onde os caricaturistas atuam como se fossem a consciência crítica da sociedade.

O livro *Jornalismo Político* do comentarista político Franklin Martins (2011) apresenta a cobertura política feita pelo jornalismo brasileiro e o comportamento do repórter diante da divulgação de notícias que podem afetar a sociedade direta ou indiretamente. A obra de Franklin Martins serviu de base, neste trabalho, para as considerações referentes às mudanças ocorridas na forma de fazer o jornalismo político brasileiro.

A importância histórica da charge foi retratada no livro *Retrosκόpio - 40 Anos da História Recente Vistos Pela Charge*, de Santiago Abreu, que trata dos mais variados acontecimentos ocorridos no Brasil e no exterior. Com um apanhado de 171 charges, retratando o que de mais significativo aconteceu no período de 1969 a 2009, o livro aborda, dentre outros temas, a política nacional, com destaques para o período ditatorial no Brasil, o *fenômeno Collor*, as privatizações do período da presidência de Fernando Henrique Cardoso e a eleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

A obra de Santiago Abreu destaca-se dentro do campo pela variedade de conteúdo e pelo seu valor histórico no que diz respeito ao desenvolvimento do tema proposto no trabalho, sobretudo, para a escolha do conteúdo a ser analisado, já que tanto o jornal *O Globo* quanto a *Folha de S. Paulo* publicaram materiais referentes aos assuntos abordados no livro.

A coleta da amostra material concernente às charges foi realizada nos acervos dos jornais *O Globo* e *Folha de S. Paulo*, assim como os fatos de relevância dentro da política nacional no período pós-redemocratização, já que esses episódios, além de estamparem as capas desses jornais, repercutiram demasiadamente em todo o país.

A principal referência no estudo da semiótica e que serviu como fonte de pesquisa para a análise das charges é Charles Sanders Peirce (1839-1914), considerado o fundador da semiótica, publicando mais de 800 artigos e ensaios, tendo escrito mais de dez mil páginas sobre sua teoria. A utilização da semiótica no estudo também se faz necessária, principalmente, para traçar um perfil iconográfico da charge dentro do contexto social durante os grandes acontecimentos políticos, utilizando-se da metodologia de análise proposta por este teórico.

Através das imagens representativas que refletiam a realidade brasileira, é possível apontar a simbologia dos traços icônicos apresentados nas charges, sendo provável apresentar um panorama sobre o trabalho dos chargistas ao longo da história, procurando evidenciar as mudanças nos traços dos chargistas, na forma e no modo de se fazer o humor gráfico durante esse período.

Uma das hipóteses a ser levantada para a análise das mudanças estéticas das charges é o investimento das empresas na estrutura dos jornais, deixando-os mais atraentes aos olhos do público. Com isso, então, a charge passa a rejuvenescer e apresentar um aspecto mais vivaz, principalmente, pela escolha das cores, que tornam mais expressivo o trabalho do chargista.

No conjunto geral, o trabalho apresenta um estudo da utilização da charge na política nacional dentro do gênero opinativo. Sendo feita a análise dos aspectos de conteúdo e dos

recursos estéticos usados pelos chargistas ao longo do desenvolvimento do gênero, de forma a compreender a representação da cultura política nos jornais impressos em estudo.

No primeiro capítulo, veremos a relação entre charge e jornalismo, partindo da origem conceitual de charge, passando pela relação e diferença entre charge e caricatura, por um breve histórico de tal recurso pela imprensa do país, onde a charge esteve presente em vários momentos políticos decisivos, e culminando na discussão acerca da importância que este gênero possui como recurso para o jornalismo opinativo no cenário político atual, tendo como base as publicações feitas nos jornais *O Globo e Folha de São Paulo*.

No segundo capítulo, discorreremos sobre a construção da semiótica peirceana. Utilizaremos os estudos feitos por Charles Sanders Peirce para suscitarmos discussões acerca dos aspectos de significação e representação das mensagens contidas nas charges. Tais concepções servirão como embasamento referente aos aspectos de significação e representação, com o objetivo de identificar os elementos do processo perceptivo através da semiótica- teoria dos signos, desenvolvida por Peirce.

No terceiro capítulo, problematizaremos sobre o poder sógnico das charges: Na ocasião, analisaremos os traços contidos nas charges produzidas no período pós-redemocratização e que foram publicadas nos jornais *O Globo e Folha de São Paulo*. Com isso, propomos discutir a interpretação dos discursos nelas contidos, considerando seu poder icônico, indicial e simbólico, à luz das concepções de Peirce e demais autores.

## 1 A CHARGE E O JORNALISMO

Charge é uma palavra de origem francesa que tem a mesma denotação do verbo italiano *caricare*. “A palavra caricatura tem origem semântica no verbo italiano *caricare* que significa carregar, no sentido de exagerar, acentuar e corresponde a ridicularizar, satirizar, criticar. Na língua francesa, é usado o termo *charge*, traduzido por carga, exagero, ataque.” (QUADROS; ZUCCO; MORETTI, 2009, p. 57). De acordo com o dicionário *Aurélio* (2010), charge é a “ilustração ou caricatura de caráter humorístico”, sendo esta definição apenas uma das muitas que podemos encontrar para dar sentido à palavra.

Rios (2008) cita a definição de charge utilizando como referência o dicionário *Houaiss* (2008), no qual o termo é definido como desenho humorístico, que pode conter ou não legenda ou balão e que utiliza caricatura para comportar e focalizar uma ou mais personagens envolvidas.

Segundo Melo (2003), no Jornalismo, a charge faz parte do gênero opinativo, que é caracterizado pela manifestação de opinião do veículo de comunicação, sendo geralmente apresentado sob a forma de editorial, comentário, resenha, carta, coluna, crônica e caricatura, onde as instituições jornalísticas podem destacar suas posições sobre os temas da atualidade. Ainda de acordo com o autor, a caricatura no contexto jornalístico é a representação da figura humana de maneira grotesca visando o humor, sendo que esta pode ser subdividida em *caricatura (propriamente dita)*, *charge*, *cartoon*<sup>2</sup> e *comic*<sup>3</sup>. Nesta subdivisão, a charge é conceituada da seguinte maneira:

[...] Crítica humorística de um fato ou acontecimento específico. Reprodução gráfica de uma notícia já conhecida do público, segundo a ótica do desenhista. Tanto pode se apresentar somente através de imagens quanto combinação imagem e texto (título, diálogos) (MELO, 2003, p.167).

Para o melhor entendimento do significado da charge durante o estudo proposto neste trabalho, faz-se necessário entender a diferença entre charge e caricatura, pois ambas são corriqueiramente confundidas, pois apesar da charge ter sua origem ligada à caricatura, as duas apresentam distinções.

Para Melo (2003), a *caricatura* (propriamente dita) seria o retrato humano ou de objetos, exagerando ou simplificando traços, de forma a acentuar detalhes ou ressaltar

<sup>2</sup> De acordo com Melo (2003), *cartoon* é conceituada como anedota, ou crítica mordaz na qual não são inseridos personagens ou fatos reais. E representam expressão da criatividade do caricaturista de forma fantasiosa. Mas se mantém ligado “ao espírito do momento”, podendo incorporar, por isso, personagens e fatos reais.

<sup>3</sup> Melo (2003) define *comic* como uma história em quadrinhos, que é narrada por imagens que se sucedem, complementada por textos. Sendo que aparece de forma seriada no jornal, e é publicada integralmente na revista.

defeitos. E, enquanto a caricatura visa o humor através da imagem carregada de exageros, independente da época ou dos acontecimentos, a charge usa as imagens de maneira crítica para retratar a atualidade. Rios (2008) sustenta a ideia de que apesar da charge não ser uma caricatura, dificilmente existe sem ela, pois a charge distorce de maneira exagerada um episódio, enquanto que a caricatura distorce uma pessoa, mas ambas se unem necessariamente na representação de episódios que envolvem pessoas específicas e conhecidas do público.

Através do humor, a charge reapresenta ao leitor os fatos e personalidades do momento que estão inseridos no noticiário jornalístico, dando ênfase de maneira mais atraente aos temas abordados nas reportagens. Para Rios (2008), é fundamental para o veículo de informação que o texto apresente uma notícia atual. Nesse panorama, a charge, assim como a notícia, tem sua validade, pois deve ser lida no dia ou no máximo naquele mês em que é feita.

Sendo assim, a charge mostra a vida real da sociedade e o determinado momento pelo qual está passando, diferentemente de outros formatos de caricatura que apenas expressam ideias, sem ter qualquer relação temporal com os fatos cotidianos. Como afirma Melo (2003),

Dessas espécies de caricatura, duas não pertencem ao universo jornalístico. São exatamente aquelas que ultrapassam a fronteira do real e se fundam no imaginário. Por mais que estejam sintonizadas com o momento vivido, com fatos e personagens da atualidade, seu referencial não é verídico. O *cartoon* e o *comic* não possuem limites de tempo e espaço. São criações da livre imaginação do desenhista (MELO, 2003, p. 167-168).

Miani (2010) destaca a importância da caricatura na imprensa brasileira, que possui mais de 170 anos de história e se consolidou como recurso imagético e gênero discursivo. “Desde o aparecimento de uma ilustração de Manuel de Araújo Porto Alegre, em 1837, no *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro, que, gradativamente, a caricatura passou a fazer parte da história da imprensa no Brasil” (MIANI, 2010, p.43).

Segundo Miani (2010), dois artistas se destacaram na consolidação da caricatura na imprensa brasileira: Ângelo Agostini, que teve suas ilustrações publicadas no jornal paulista *O Diabo Coxo* entre 1864 e 1865, no jornal *Cabrião* (1866-1867) e na *Revista Ilustrada* (1876-1895 -, sendo esta última, o periódico ilustrado de maior duração e de grande importância histórica para o país no final do século XIX); e J. Carlos que se destacou sendo considerado o mais importante caricaturista brasileiro da sua época. Durante a primeira metade do século XX, J. Carlos publicou milhares de caricaturas e ilustrações em diversos jornais e revistas, com suas sátiras políticas e críticas sociais que mostravam sua visão da sociedade brasileira da época.

A modernização da indústria gráfica e as circunstâncias são apontadas por Miani (2010) como sendo fundamentais para o desenvolvimento da charge na imprensa na segunda metade do século XX:

Em razão do desenvolvimento tecnológico da indústria gráfica que potencializou um maior aproveitamento dos recursos iconográficos, bem como pelas circunstâncias sociopolíticas instituídas ao longo do período, especialmente pelo regime militar, a segunda metade do século XX foi notadamente rica e diversa para a história da charge e da caricatura na imprensa brasileira. Dezenas, ou até mesmo centenas de artistas, que despontaram nas mais diferentes regiões do país, produziram um arsenal iconográfico com pluralidade temática e ideológica e ocuparam as páginas dos jornais e revistas brasileiras com muita crítica, humor e irreverência (MIANI, 2010, p. 43-44)

Um jornal brasileiro que absorveu a ideia do jornalismo caricato foi o *Pasquim* que, em plena ditadura militar da década de 1960, fez história através dos traços de seus colaboradores. Com suas edições semanais, o jornal ironizou a sociedade e o regime político vigente, tendo, inclusive, todos os seus redatores presos pelo Regime Militar. Melo (2003) ressalta que:

Na trajetória recente da imprensa brasileira, o jornalismo caricato ressurgiu com intensidade no fim da década de 60 do século XX, reunindo vários desses artistas do traço, que se organizaram para editar o semanário *Pasquim*, espaço de resistência ao militarismo da vida nacional e núcleo forjador da moderna caricatura brasileira que, com a abolição da censura do Governo Geisel, voltou a florescer como em outros tempos (MELO, 2003, p.170).

Apesar de fazer referência a outros temas como esporte e cultura, a charge como elemento jornalístico acabou ficando muito ligada à política. O fato é que há muito tempo o jornalismo brasileiro valoriza a imagem caricatural dos personagens e acontecimentos políticos, principalmente nos momentos em que o público mais se interessa pelo tema, como no período de eleições e na divulgação de escândalos.

De acordo com uma pesquisa realizada em 2014 pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), publicada na *Folha Política* em 19 de junho de 2014, cerca de 26% da população brasileira não estava interessada nas eleições daquele ano, o que pode ser visto como um número pequeno, considerando que, na época da pesquisa, a gerência executiva da Unidade de Pesquisa e Competitividade da CNI justificou que o motivo seria a insatisfação dos eleitores, assim como o fato de ainda não ter iniciado a campanha eleitoral.

Ao contrário da televisão e da Internet, os jornais impressos têm alguns anos de vantagem no que se refere ao acompanhamento histórico da política nacional, e, através da imprensa, a charge esteve presente em vários desses momentos políticos decisivos do país.

### 1.1 A CHARGE E A HISTÓRIA

Historicamente, a charge e a caricatura foram utilizadas como forma de expressão do comportamento social e político, refletindo a tendência do momento pelo qual a sociedade passava e, representando a realidade, tornaram-se uma fonte importante da história brasileira. Fato enfatizado por Lemos (2006):

Como qualquer construção humana, a narrativa histórica contida nas charges e caricaturas tem a marca do individual e a do coletivo, no conteúdo, na forma e na exposição. A subjetividade do observador e as determinações sociais são as suas fronteiras. A história das massas e das elites, do êxito e da crise, do heroísmo e da vileza, da alegria e do sofrimento, a sua matéria (LEMOS, 2006, p.5).

As primeiras charges e caricaturas publicadas pela imprensa brasileira aparecem na década de 1840, época de consolidação do Segundo Reinado. De acordo com Lemos (2006), essas primeiras publicações se devem aos estrangeiros que, por um motivo ou outro, aportavam em terras brasileiras. O fluxo de acontecimentos econômicos, políticos e ideológicos favoreceram esses artistas para retratar a única monarquia nos trópicos americanos.

A charge também foi utilizada como forma de influenciar negativamente a opinião pública, como, por exemplo, durante a *Guerra do Paraguai* ou *Guerra da Tríplice Aliança* (1865-1870), período em que o gênero foi largamente utilizado pela imprensa imperial brasileira para denegrir a imagem do país vizinho. “A guerra com o Paraguai envolve o país na sua mais trágica experiência bélica, que deixará na população marcas ainda não adequadamente avaliadas [...]” (LEMOS, 2006, p.11).

De acordo com Silveira (2007), o jornal *Paraguay Illustrado* foi um dos jornais que ajudou a corte do Imperador Dom Pedro II na tarefa de disseminar o sentimento de rivalidade diante dos paraguaios. A principal estratégia era conquistar a simpatia pelo esforço brasileiro em enviar combatentes ao Paraguai. Os valores presentes nas charges divulgadas pela imprensa imperial foram pontuais para enraizar estereótipos que se perpetuaram através do

tempo e criaram certo preconceito pelo país, como a sua ligação ao contrabando e falsificação de produtos.

As fortes pressões políticas nacionais e internacionais impostas ao Brasil quanto à abolição da escravidão também foram alvo das charges durante o período imperial. Nesse contexto, destaca-se Ângelo Agostini, que acompanhou todo o processo da criação de leis pelo governo imperial até a assinatura da *Lei Áurea*, que finalmente libertaria os escravos, em maio de 1888. Agostini também criticou a participação dos escravos brasileiros, anos antes, na *Guerra do Paraguai*, além da falta de perspectiva encontrada pelos escravos então libertos pela lei, pois sendo pobres e analfabetos não poderiam vislumbrar um futuro melhor.

Outro período histórico que ganhou destaque através da charge foi a imigração europeia, que ocorreu no início do século XX e veio suprir a mão-de-obra deixada pelos escravos libertos, principalmente na cafeicultura. J. Carlos retratou esse fato na revista *Careta* em 1921, onde mostrou os primeiros contatos desses imigrantes com os brasileiros pobres que trabalhavam na lavoura.

Segundo Miani (2010), no período colonial, a imprensa dispunha de condições técnicas para incluir caricaturas nos jornais, especialmente partindo da litografia. Entretanto, tal recurso iconográfico só ganhou maior projeção e relevância a partir da República.

Lemos (2006) mostra que a fundação do Partido Republicano Brasileiro, em 1870, não teve muito impacto no início, mas ganhou força e passou a ser visto como ameaça pelo Império. O jornal *A República* era o principal apoiador do partido, tendo sua sede atacada com pedras e suas máquinas quebradas em 1873. Agostini publica uma charge no periódico *O mosquito*, na qual acusa outros jornais da corte de estarem envolvidos no ocorrido em troca do que ele chamou de *verbas secretas*.

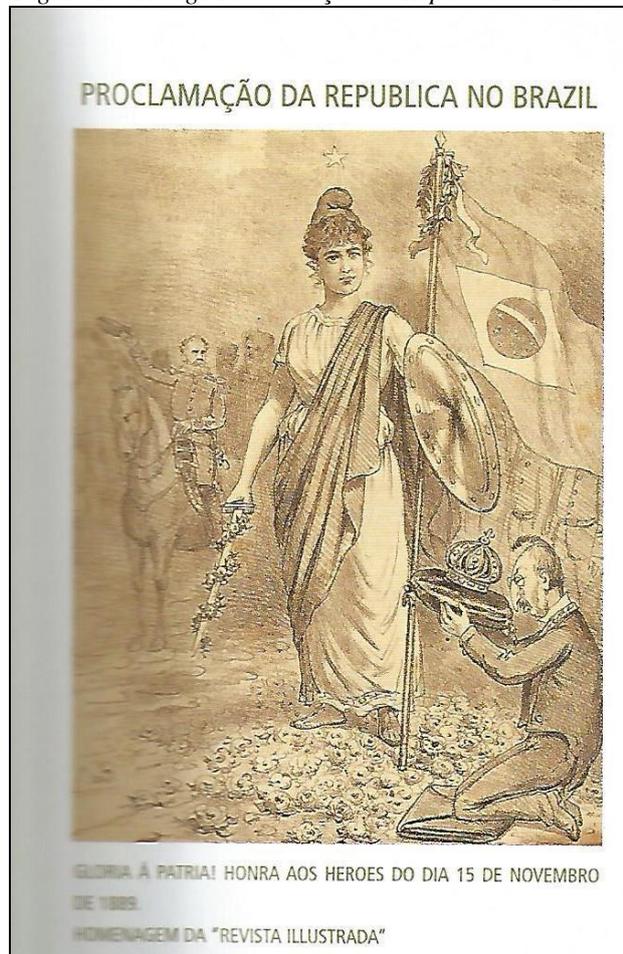
A República Brasileira se apresenta com ares de modernidade e traz consigo o modelo de costumes importados da Europa e dos Estados Unidos, mas ainda impõe aos trabalhadores a mesma disciplina imposta aos escravos, como comenta Lemos (2006):

Se a República era o paradigma da modernidade para os brasileiros opositores da Monarquia, o período 1889-1920 é o paraíso e o inferno desta utopia. Significativas linhas de continuidade com a ordem monárquica são mantidas, principalmente o regime de propriedade da terra, base material do poder político de caráter oligárquico controlado por latifundiários. Uma constituição de pretensão liberal e inspirada na República norte-americana lhes garante as benesses do federalismo tropical (LEMOS, 2006, p.31).

A proclamação da República Brasileira no dia 15 de novembro de 1889 foi registrada através da charge em forma de homenagem pela *Revista Ilustrada*, utilizando os símbolos

republicanos, como o Marechal Deodoro da Fonseca representando os militares, a bandeira nacional e uma figura feminina representando a guerreira da República, além da coroa monárquica em contraponto à nova ordem política.

*Figura 1 - Charge Proclamação da República do Brasil*



*Fonte: (LEMOS, 2006, p. 32)*

A figura feminina volta a ser utilizada em outra charge da *Revista Ilustrada*, homenagem em que ela chora pela morte do General Benjamin Constant em 1891, que foi considerado o fundador da República. Seu falecimento ocorreu enquanto se elaborava a primeira constituição republicana, que foi promulgada no dia 24 de fevereiro de 1891.

Figura 2 - Charge Homenagem General Benjamin Constant



Fonte: (LE MOS, 2006, p. 32)

A Primeira República brasileira (1889-1930) foi marcada por charges que destacaram as oligarquias regionais, já que após a eleição indireta dos generais Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto para a presidência e vice-presidência do país, respectivamente, aparecem dois grupos, o mais forte formado por São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul e o outro, de segundo escalão, formado por Pernambuco, Mato Grosso e Alagoas. Após a saída dos militares da presidência da república em 1894, Minas Gerais e São Paulo se revezam no poder e implantam o que ficou conhecido como *Política do Café-com-leite*.

Os jornais e revistas brasileiros, como a *Revista Ilustrada*, *Careta*, *O pirralho*, *Revista da Semana*, *O Malho*, *O Parafuso* e *Fon-Fon* acompanham os primeiros anos da primeira República com charges que abordam desde a sua instalação, que foi marcada por conflitos desfavoráveis ao novo sistema político como a *Revolução da Degola* (1893), no Rio Grande do Sul, e o *Conflito de Canudos* (1893-1897) na região nordeste, até motins por melhores condições de trabalho como a *Revolta da Chibata* (1910), liderada por marinheiros.

As disputas por limites territoriais também foram registrados pelas charges da época, como a disputa pelo Acre na região norte entre Brasil e Bolívia em 1902 e a *Guerra do Contestado* na região de fronteira entre Santa Catarina e Paraná em 1910. A questão sanitária foi mais um motivo para gerar desordem, o episódio que ficou conhecido como *A Revolta da Vacina* (1904) é um exemplo.

A partir da década de 1920, o Brasil, que havia participado da primeira Guerra Mundial (1914-1918), passa por um novo processo social que acaba sendo influenciado pela *Revolução Russa* de 1917, assim como pelo anseio por reformas sociais e políticas, como descreve Lemos (2006),

Semana de Arte Moderna, fundação do Partido Comunista, revoltas tenentistas... são indicadores de que forças significativas se rebelam contra a sociedade oligárquica e patriarcal formada à sombra das instituições republicanas. Mas é em torno do problema central dos conflitos sociais, modernizados pela aceleração e urbanização, que se estruturam os campos políticos e intelectuais [...] Dos embates nacionais entre o fascismo e o socialismo, emergem projetos elitistas e autoritários. (LEMOS, 2006, p.55).

É neste novo cenário político que começa a se desenhar, que os jornais e revistas focam suas charges na questão política. *O Malho*, *Careta* e *Revista da Semana* se destacam na cobertura dos acontecimentos. Como resultado da movimentação política do país, ocorre a *Revolução de 1930* e tem início a *Era Vargas*, época em que o então Presidente da República, Washington Luís, é deposto e Getúlio Vargas assume a presidência, ficando no poder até 1945, quando comete suicídio.

O personagem *Jeca*, criado pelo escritor Monteiro Lobato como símbolo das mazelas sociais enfrentadas pelo povo brasileiro, ilustra a revista *Careta*, fazendo referência ao fim do *Estado Novo* (1937-1945) e, conseqüentemente, da *Era Vargas*. Nesse período, a charge mostrava as novidades políticas trazidas com o fim do regime ditatorial.

Figura 3 - Charge personagem Jeca



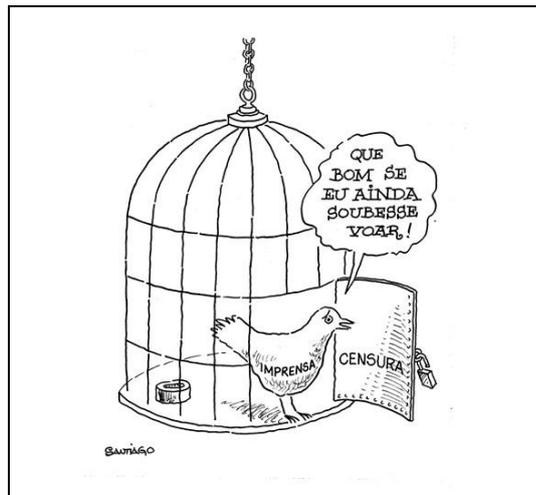
Fonte: (LEMOS, 2006, p. 71)

A charge também foi utilizada em campanhas eleitorais por determinados jornais em apoio a candidatos que disputavam a presidência do país nas eleições de 1950. Havia falta de preocupação dos jornais da época pela isenção na cobertura das eleições presidenciais, em que figuravam como oponentes os candidatos Getúlio Vargas e o brigadeiro Eduardo Gomes. “[...] De modo geral, o tom das primeiras páginas era de franco engajamento eleitoral. Manchetes, chamadas, fotos e charges não escondiam a preferência pelo candidato Brigadeiro Eduardo Gomes” (MARTINS, 2011, p.14).

Durante as décadas de 1960, 1970 e 1980, em que o Brasil passou por governos ditatoriais, a imprensa denominada clandestina e alternativa utilizava-se das charges como forma de repudiar a opressão vivenciada pelo país, principalmente aquela contra a própria imprensa, tendo como colaboradores cartunistas e chargistas. Alguns destes continuam desenvolvendo seus trabalhos atualmente nos jornais brasileiros.

Um desses colaboradores foi o jornalista Abreu Santiago Neltair, que trabalhou em jornais universitários e em grandes jornais do Brasil e do exterior. Em 2010, Neltair lançou o livro *Retrosópio – 40 anos da história recente vistos pela charge*, onde faz um apanhado de 171 charges publicadas entre os anos de 1969 e 2009. Neltair (2010) dispõe em uma espécie de almanaque, charges que mostram desde a primeira caminhada do homem na lua aos períodos de ditadura e pós-redemocratização brasileira.

Figura 4 - Charge sobre a censura



Fonte: (NELTAIR, 2010, p. 28)

A charge acima foi legendada por Neltair (2010) como sendo o momento em que o General Ernesto Geisel, que presidiu o Brasil de 1974 a 1979 durante o regime militar, abolia a censura à imprensa, mas o medo persistia. A imagem foi publicada originalmente no jornal *Folha da Tarde* em junho de 1978.

Durante a época de repressão, despontam-se na produção de charges a revista *O Cruzeiro* e o jornal *O Pasquim*. Além de nomes como Théo, Carlos Estêvão, Appe, Claudius, Millôr Fernandes, Fortuna, Ziraldo, Daniel Azulay, Vilmar, Chico Caruso, Luiz Gê, Henfil, Luiz Fernando Veríssimo, Lan, Nicolielo, Jal, Pestana, Nani entre outros.

O jornal *O Globo*, em algumas edições, coloca a charge na primeira página, fazendo referência à matéria de capa do jornal. Já o jornal *Folha de São Paulo* possui um caderno denominado *Folha Ilustrada*, em que faz um apanhado de ilustrações de vários cartunistas e chargistas sobre temas diversificados. Dessa forma, durante as últimas três décadas, as charges ganharam ainda mais destaque dentro dos cadernos opinativos dos grandes jornais, estampando, inclusive, capas de jornais e revistas de circulação nacional.

## 1.2 A CHARGE COMO GÊNERO JORNALÍSTICO OPINATIVO

A representação opinativa da charge no jornal é algo bastante óbvio, principalmente pelo fato de geralmente estar presente no caderno destinado à opinião do veículo de informação. Excluem-se, evidentemente, os momentos em que a charge acompanha a matéria, como na capa do jornal, já citado anteriormente. Assim, o lugar a ser ocupado pela charge na

publicação dependerá muito do interesse de quem a publica. Rios (2008) destaca o traço opinativo da charge dentro do veículo jornalístico.

Nos jornais e revistas, o caráter opinativo da charge é explícito. Quase sempre você encontra aqueles rabiscos engraçados numa seção intitulada “Opinião”, ao lado de cartas de leitores, artigos de colaboradores e o editorial. Seu conteúdo é um comentário crítico sobre algo que está acontecendo. E é aí que entram os políticos. Os mesmos que ocupam lugar de destaque na publicação e rendem boas manchetes para o veículo jornalístico (RIOS, 2008, p. 300).

Parnaíba e Gobbi (2014) também destacam o lugar estratégico em que a charge é inserida nas publicações diárias. Segundo os autores,

Grande parte dos jornais impressos publicam suas charges diariamente na página destinada ao editorial do veículo. Esta localização privilegiada destaca a charge dos demais formatos de humor gráfico presentes no jornal, fazendo-a mais ‘séria’ no contexto jornalístico do que os outros formatos. Estar na página do editorial significa fazer parte da ala deliberadamente opinativa da publicação (PARNAIBA; GOBBI, 2014, p.19).

A apresentação dos fatos cotidianos relevantes através das imagens satíricas é tão importante quanto o texto presente nas matérias dos jornais, principalmente pela referência opinativa constante que, de certo modo, influencia o leitor de maneira mais sutil quanto ao caráter opinativo do veículo de imprensa. Podendo até mesmo incorporar a ideia presente com mais ênfase do que lendo um texto mais elaborado com o mesmo conteúdo da imagem.

O universo opinativo do jornal e da revista não se limita ao texto, mas incorpora igualmente a imagem. O uso da imagem como instrumento de opinião atende, muitas vezes, ao imperativo de influenciar um público cada vez maior que aquele dedicado à leitura atenta dos gêneros opinativos convencionais: editorial, artigo, crônica, etc. (MELO, 2003, p. 163).

Quando Melo (2003) cita a imagem, está se referindo especificamente às charges, já que os jornais e revistas também são compostos por fotografias, gráficos, mapas, desenhos, entre outros recursos gráficos que servem de apoio às informações e auxiliam o leitor para uma melhor compreensão da leitura.

No contexto social, a charge como forma de expressão opinativa se tornou uma espécie de termômetro da sociedade e, de acordo com o olhar jornalístico das empresas de comunicação, mais um instrumento de mudança que precisa estar sempre se renovando, pois o tempo não para e a sociedade vive em constante mudança. Portanto, o modo social, político e cultural de um determinado lugar é algo de grande valor para que a charge não seja apenas um

gênero opinativo carregado de humor, mas que seja um meio para melhorar a sociedade para todos.

### 1.3 A CHARGE POLÍTICA

Para analisar a charge política, primeiramente, é necessário entender sobre o jornalismo político e sua relação com a informação, assim como o caráter opinativo das grandes empresas de comunicação, prioritariamente, no que diz respeito aos jornais impressos.

O jornalismo impresso, de maneira geral, está mais atento a não deixar transparecer suas ideologias políticas, pelo menos não de uma maneira tão enfática nos seus noticiários, cabendo aos espaços destinados a esse intuito a responsabilidade de informar o leitor sobre as convicções partidárias e ideológicas no contexto político e social. Nessa perspectiva, a charge política, definida por Tozzi (2008) apud (TEIXEIRA, 1995, p.73) como “[...] um traço de reflexão através do humor, que reproduz sujeitos reais e resume conflitos políticos”, assume o seu papel opinativo.

Se em outros momentos da história brasileira os jornais eram utilizados como extensão da opinião de determinados grupos partidários, hoje, a questão muda de figura. Martins (2011) diz que,

Hoje em dia, ao contrário, a grande imprensa, de modo geral, tem a preocupação de separar nitidamente a informação da opinião na cobertura política. Nas épocas de campanha eleitoral, os jornais ainda que apoiem esta ou aquela candidatura na página editorial, tentam manter uma postura equilibrada, dando espaço semelhante para os principais contendores e evitando demonstrar preferência por cicrano ou beltrano (MARTINS, 2011, p. 17-18).

Para Martins (2011), a mudança de postura não significa que não exista mais espaço para a imprensa partidária, mas o leitor pode perceber melhor a diferença entre informação e opinião. Um exemplo disso seria a eleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva do Partido dos Trabalhadores (PT) em 2002, na qual os jornais *O Globo* e *Folha de S. Paulo* publicaram as seguintes manchetes: “O começo de uma nova era – Pesquisas apontam a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva e chegada do PT ao poder (*O Globo*, 27/10/2002). Pesquisa aponta vitória de Lula para presidente hoje (*Folha de S. Paulo*, 27/10/2002)” (MARTINS, 2011, p.15).

Nesse sentido, as manchetes mostram o caráter informativo, ao invés de político partidário e, já se antevia a vitória do candidato Lula, apresentando as últimas pesquisas como

base para a informação. Assim, “[...] é evidente que, em 2002, os donos das empresas de comunicação também tinham suas preferências na disputa, mas elas não saltavam aos olhos nas primeiras páginas.” (MARTINS, 2011, p.16),

Dessa forma, a imprensa de opinião ganha cada vez mais espaço na Internet, pois os grandes jornais, segundo Martins (2011), estão obrigados a se dirigir a um público cada vez mais plural e, por isso mesmo, a fazer clara separação entre a informação e a opinião, de modo a respeitar a diversidade de pensamento existente entre seus leitores. O autor se refere às matérias veiculadas diariamente nos jornais cotidianos.

Nesse contexto e, diferente dessa postura apartidária da imprensa no que se refere às notícias, a charge como gênero jornalístico opinativo contribuiu para registrar a história política do país através da crítica reflexiva.

O objetivo interpretativo sobre o receptor da mensagem é o de estabelecer uma linguagem visual desse leitor e, para que isso ocorra, é necessário um mínimo de conhecimento para o entendimento. A charge política, então, estimula e promove uma reflexão crítica sobre assuntos da atualidade (TOZZI et al., 2008, p.5).

Apesar de muitas vezes não parecer, o Brasil tem uma democracia recentemente conquistada, pois embora hoje em dia exista toda uma liberdade de expressão, tanto nos meios de comunicação quanto na sociedade civil, temos apenas três décadas de redemocratização política.

No dia 15 de março de 2015, o país completou 30 anos de redemocratização. Retrocedendo no tempo, lembramos que o marco histórico desse acontecimento emblemático para a política brasileira foi a posse interina do vice-presidente José Sarney, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), no dia 15 de março de 1985, em substituição a Tancredo Neves do mesmo partido que havia sido eleito presidente e estava internado, vindo a falecer em 21 de abril do mesmo ano.

A reabertura política acabou trazendo consigo, como não poderia ser diferente, mais liberdade ao jornalismo brasileiro e, conseqüentemente, mais expressividade na relação da charge com a política. “Não é raro na história do jornalismo de muitos países, como o Brasil, que a caricatura murcha durante os governos autoritários, reaparecendo e desenvolvendo-se com ímpeto quando volta a florescer a vida democrática” (MELO, 2003, p. 166).

O período pós-redemocratização não foi apenas importante para a política do país, mas também na forma de se fazer o jornalismo político. A redemocratização do Brasil, precedida

de muita luta e protestos por liberdade de expressão, trouxe novos ares ao jornalismo opinativo e mais humor às charges políticas.

#### 1.4 O GLOBO E FOLHA DE S. PAULO EM CHARGES

Os dois jornais que serão objeto de estudo no decorrer do trabalho têm mais de oitenta anos de publicações e em suas páginas circularam milhares de charges dos mais diferentes estilos, nas quais se destacaram vários chargistas. O presente trabalho pretende fazer aqui um breve histórico dos jornais, assim como mostrar um pouco da charge política nesses desses veículos de informação, através daqueles que colaboraram para registrar a história política do país, os chargistas.

O jornal *O Globo*, com endereço no Rio de Janeiro, foi publicado pela primeira vez no dia 20 de julho de 1925. Sua sede ficava na Rua Bettencourt da Silva, no Largo da Carioca, até a mudança da sua redação para a Rua Irineu Marinho, em 1954. Em 8 de maio de 1931, aos 26 anos, assume a direção do jornal Roberto Marinho como diretor-redator-chefe, onde ficou até a sua morte, em 6 de agosto de 2003.

A classificação para a final dos 400 metros nado livre nas olimpíadas de Berlim, conquistada pela nadadora Piedade Coutinho, foi destaque na primeira página do jornal *O Globo* no dia 17 de agosto de 1936, não apenas pelo feito em si, mas pela publicação da primeira telefoto do jornalismo brasileiro.

No dia 2 de julho de 1972 o jornal lança sua edição dominical, anteriormente, na metade da década de 1930, chegou a circular uma edição chamada *O Globo Matutino*, mas foi em 1972 que se consolidou a publicação em dias ininterruptos. Algum tempo depois, em 1982, são lançados os *jornais de bairro*, criados para que o jornal se aproximasse mais da realidade do leitor. O primeiro suplemento foi o *GLOBO-Tijuca*, seguido por outros cadernos como: Méier, Barra, Copacabana, Ipanema, Madureira, Botafogo, Leopoldina, Ilha e Niterói.

O computador passou a fazer parte da redação do jornal *O Globo* a partir do dia 1 de julho de 1985, o processo de modernização foi necessário e trouxe mais agilidade e rapidez à diagramação. Ilustrações, gráficos e mapas que levavam até cinco horas para ficarem prontos, passaram a ser feitos em menos de uma hora. A partir dessa primeira mudança gráfica, o jornal passou a se renovar, como no dia 20 de dezembro de 1995, onde apresentou uma mudança nas cores do seu logotipo e um novo conceito de redação, além de uma emblemática charge na capa do jornal, fazendo referência às mudanças ocorridas.

Em 2015, o jornal *O Globo* completa 90 anos de atividade jornalística. De lá para cá, a charge política tem sido bastante recorrente no jornal. Podemos mencionar Francisco Paulo Hespanha Caruso, conhecido como Chico Caruso, ou como assina suas charges, apenas Chico, como um dos vários cartunistas que se destacaram neste gênero.

Chico nasceu em São Paulo (SP) no ano de 1949, trabalha como caricaturista, ilustrador e chargista desde 1968 até os dias atuais. Após passar por diversos jornais, em 5 de fevereiro de 1984, iniciou seus trabalhos no jornal *O Globo*, onde permanece até hoje, e onde desde 1992 tem suas charges e caricaturas publicadas na primeira página.

O longo período de trabalho de Chico no mesmo jornal como chargista da política nacional lhe proporcionou um vasto material que pôde ser publicado em algumas ocasiões, como em *Era uma vez FH*, publicado em 2002, pela editora *Devir*, onde faz um resumo em 160 páginas dos oito anos de presidência da república (1995-2002) de Fernando Henrique Cardoso, sob a ótica de suas charges publicadas no jornal *O Globo*. Ano a ano, Chico detalha o período que ficou conhecido como *Era FHC*, entre crises, polêmicas e escândalos.

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (Lula), que governou o país entre os anos de 2003 e 2010, também foi personagem dos livros publicados por Chico. Nas edições *Lula Lá - Parte 1: A Omissão* (2006) e *Lula Lá - Parte 2: A Sucessão* (2010), ambas pela editora *Devir*, o chargista faz o registro dos acontecimentos mais marcantes referentes à presidência de Lula, desde a sua eleição, passando por escândalos políticos e reeleição.

Além dos registros já citados, Chico tem outras publicações em que o tema política se destaca, mas os ex-presidentes Fernando Henrique e Lula são bastante constantes nas suas obras literárias.

O jornal *Folha de S. Paulo* foi fundado no dia 19 de fevereiro de 1921 por Olival Costa e Pedro Cunha, com o nome de *Folha da Noite*, sendo que em julho do mesmo ano foi criada a versão matutina, denominada *Folha da Manhã* e, vinte e quatro anos depois, a *Folha da Tarde* é fundada. Em 1 de janeiro de 1960, os três títulos se fundem, tornando-se o jornal *Folha de S. Paulo*. No ano de 1967, o jornal é o primeiro a imprimir em cores, com uma larga tiragem. Em 1971, o Jornal suspende a composição a chumbo e passa a ser o primeiro jornal brasileiro a utilizar o sistema eletrônico de fotocomposição.

Com a criação de uma seção no jornal chamada *Tendências/Debates* em 1976, a *Folha de S. Paulo* publica vários artigos de diferentes pensamentos ideológicos, afim de participar do processo de redemocratização do Brasil. Em junho de 1978, cria uma circular visando sistematizar seu projeto editorial fixando três metas: informação correta, interpretações competentes e pluralidade de opiniões.

Em 1983, com a instalação de terminais de computador, o Jornal se torna a primeira redação informatizada da América do Sul, passando a economizar quarenta minutos no processo de produção. O primeiro editorial da *Folha de S. Paulo* é publicado em 1984, defendendo um jornalismo crítico, pluralista, apartidário e moderno. Neste mesmo ano, o jornal implanta o manual da redação, formatado em livro. Já em 1991, o *Folha de S. Paulo* passa a ter cadernos temáticos e a circulação da sua primeira página colorida todos os dias. Em 1992, o empresário Octavio Frias de Oliveira passa a ter o controle acionário da empresa de comunicação e o jornal tem a maior circulação paga aos domingos, com média de 522.215 exemplares.

Em 2001, é lançado o quarto Manual da Redação, sendo que as edições anteriores haviam sido publicadas em 1984, 1987 e 1992. O jornal *Folha de S. Paulo* completou em 2015 noventa e quatro anos de história e, assim como o jornal *O Globo*, possui um grande acervo de charges, com alguns nomes que se destacam na produção da charge política, como, por exemplo, Glauco Villas Boas.

Glauco Villas Boas nasceu na cidade de Jandaia do Sul, estado do Paraná em 1957, de onde se mudou para Ribeirão Preto (SP) no início da década de 1970. Glauco, como assina seus trabalhos, foi cartunista, chargista e quadrinista. Começou a fazer seus traços na sua cidade natal, onde fazia caricatura dos professores e colegas.

O chargista Glauco, assim como Chico Caruso, trabalhou em diversos jornais e periódicos, além de também ter suas charges políticas publicadas em forma de livros. Na compilação *Política Zero - A Crise nas Charges da Folha de S. Paulo*, publicada em 2005 pela editora *Devir*, ele mostra todos os escândalos e crises ocorridos durante a gestão do presidente Lula, com mais de sessenta charges publicadas anteriormente no Jornal *Folha de S. Paulo*.

Glauco faleceu em 2010, morto por um ex-membro da igreja que ele havia fundado e onde coordenava os rituais e compunha os hinos. Postumamente, foi lançado o livro chamado *Sapos, cobras e lagartos: a charge política de Glauco*, editora *Olhares*, no ano de 2014. A obra reúne duzentas das três mil charges criadas por ele desde a redemocratização do Brasil, retratando todos os presidentes e fazendo um panorama da política nacional de 1986 até 2010, que foram publicadas no Jornal *Folha de S. Paulo*.

Os chargistas Chico e Glauco cumprem a principal função da charge política, que é a reflexão através do humor, sendo que além de carregarem a história política do país em seus traços ajudam na conscientização política da sociedade.

Os jornais *O Globo* e *Folha de S. Paulo* passaram por diversos governos durante as mais de oito décadas em que estão em atividade, tanto nos regimes ditatoriais, quanto nas repúblicas democráticas. Grande parte da história política brasileira pode ser contada através da cobertura jornalística e das charges criadas durante esses momentos históricos.

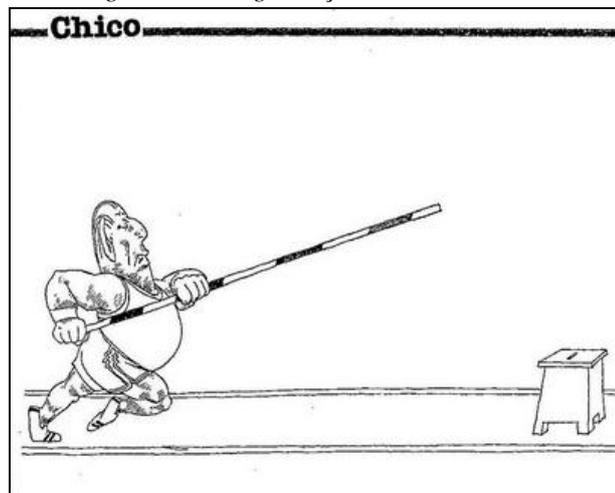
Dentre os vários atos, protestos e mudanças políticas ocorridas no período que antecedeu a redemocratização e período pós-redemocratização, destacamos alguns desses acontecimentos. O movimento denominado *Diretas Já*, que se inicia em 1983 e tinha como principal pauta o voto direto para as eleições presidenciais do Brasil.

Figura 5 - Charge eleições diretas Folha



Fonte: Folha de S. Paulo (1984)

Figura 6 - Charge eleições diretas O Globo

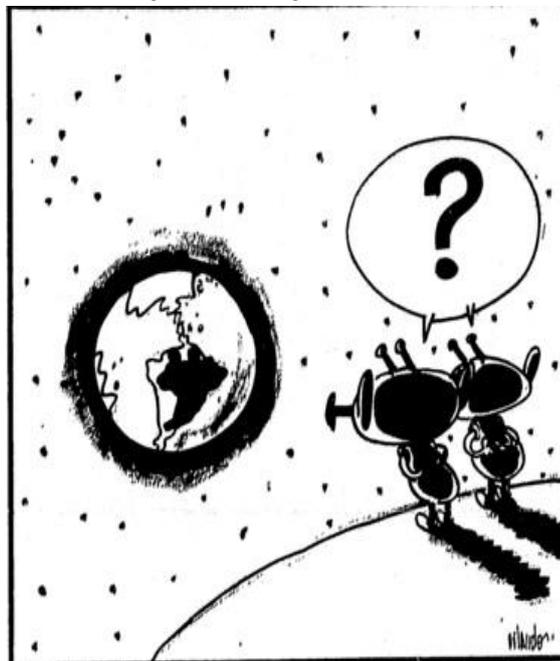


Fonte: O Globo (1984)

A figura 5 foi publicada no dia 25 de janeiro de 1984 no primeiro caderno do jornal *Folha de São Paulo*, já a figura 6 estampou a edição matutina do jornal *O Globo* do dia 18 de abril de 1984. O destaque que pode ser observado nas charges é a utilização da urna pelos dois jornais para destacar as eleições diretas que ocorreriam naquele ano.

O pedido de *Impeachment* do então Presidente da República Fernando Collor de Melo, por envolvimento em esquemas de corrupção, colocou milhares de brasileiros nas ruas em um movimento que ficou conhecido como *Caras Pintadas* em 1992. O caso também ganhou destaque nas charges dos jornais.

Figura 7- Charge Fora Collor



Fonte: *Folha de S. Paulo* (1992)

A imagem acima foi publicada no jornal *Folha de São Paulo* no dia 16 de agosto de 1992 e representa o dia em que milhares de pessoas foram protestar nas ruas vestidas de preto, contrariando o pedido do Presidente Fernando Collor para que os brasileiros saíssem às ruas vestidos de verde e amarelo em seu apoio. A *Folha de S. Paulo* ainda apresentou a manchete *70% acham que o Congresso deve aprovar o impeachment de Collor*, na primeira página da mesma edição.

A criação do pacote econômico conhecido como *Plano Real* em 1994, retratada pela figura 8, foi divulgada pelo jornal *Folha de S. Paulo* na página 2 do seu primeiro caderno no dia 27 de fevereiro de 1994. A imagem mostra certa desconfiança sobre as regras de

conversão para a Unidade Real de Valor (URV). O Ministro da Fazenda da época, Fernando Henrique Cardoso, acabou se tornando presidente do Brasil um ano após o lançamento do plano econômico.

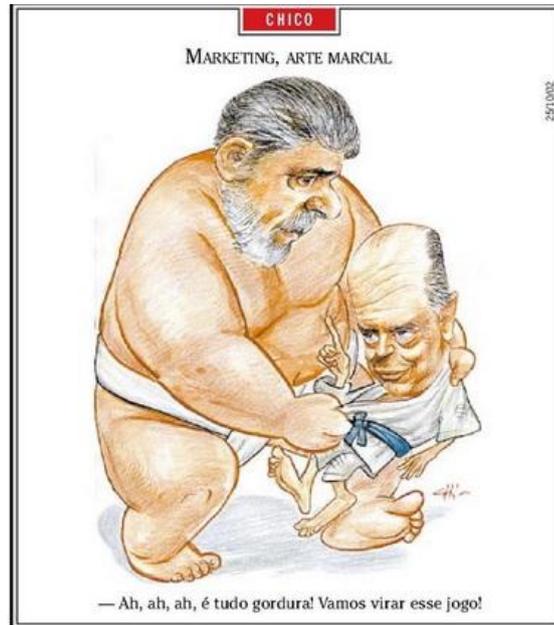
Figura 8 - Charge Plano Real



Fonte: Folha de S. Paulo (1994)

A eleição de um sindicalista para a presidência do Brasil em 2002 também foi registrada em forma de charge. Na edição do jornal *O Globo* do dia 27 de outubro de 2002, já se anunciava a vitória do candidato Luiz Inácio Lula da Silva (PT) sobre o candidato José Serra do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Além da charge, *O começo de uma nova era* foi o destaque na manchete de capa. Como podemos observar na figura 9, a charge atribui a vitória de Lula, principalmente ao *marketing* utilizado na sua campanha.

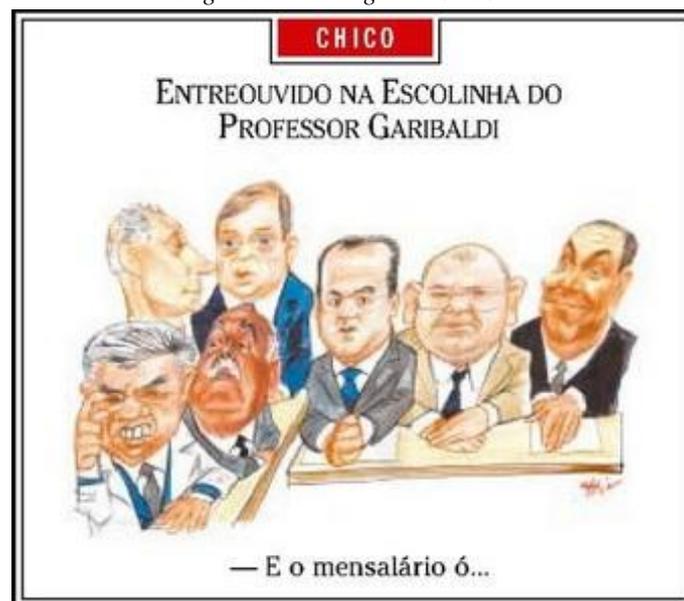
Figura 9 - Charge Eleição do Presidente Lula



Fonte: O Globo (2002)

Três anos após a vitória de Lula, o escândalo político que ficou conhecido como *Mensalão*, envolvendo os principais líderes do Partido dos Trabalhadores e integrantes de partidos aliados, foi representado na edição do Jornal *O Globo* do dia 6 de outubro de 2005.

Figura 10 – charge mensalão



Fonte: O Globo (2005)

A vitória de Dilma Russef, como a primeira mulher eleita presidente do Brasil em 2010, teve seu contexto opinativo através das charges dos jornais *O Globo* e *Folha de S. Paulo*. Um dia após a eleição presidencial, o jornal *Folha de S. Paulo* publica uma charge que sugere que o ex-presidente Lula continuaria a governar o país junto à nova presidência, como podemos ver a seguir:

*Figura 11 - Charge Dilma Presidente*



*Fonte: Folha de S. Paulo (2010)*

O jornal *O Globo* preferiu enfatizar a falta de experiência da nova presidente e questionava o que Dilma Rousseff faria após ter sido eleita. A charge abaixo foi publicada na primeira página do jornal, junto a manchete, *Lula elege Dilma e aliados já articulam sua volta em 2014*.

*Figura 12 – Dilma Presidente 2*



*Fonte: O Globo (2010)*

O ano de 2013 foi marcado por uma série de protestos que tiveram início no dia 6 de junho com uma convocação feita pelo Movimento Passe Livre (MPL) para uma manifestação na Avenida Paulista, na cidade de São Paulo, contra o aumento da tarifa de ônibus. De acordo com Alan Gripp (2013), editor do caderno cotidiano do jornal *Folha de S. Paulo*, “Ninguém poderia imaginar que aquele seria o marco zero da maior sequência de protestos no país desde o Fora Collor”.

A dimensão política que acabou tomando os protestos que seguiram e se espalharam por todo o Brasil foi representada através de charges. O que a princípio era mais um protesto contra reajustes tarifários no transporte público em uma grande capital brasileira, no dia 17 de junho de 2013 havia se tornado uma mobilização nacional que tinha entre suas pautas reivindicações das mais variadas espécies. Agora, a luta era contra a corrupção, por melhorias na saúde, educação e até mesmo uma reforma política no país.

Os manifestantes carregavam cartazes que deixavam evidente que não era mais pelos vinte centavos, valor que seria incorporado à tarifa dos ônibus que circulavam na cidade de São Paulo. Com mais gente nas ruas, a manifestação marcada para as 17 horas do dia 17 de junho de 2013 mobilizou 11 capitais brasileiras, de acordo com a publicação do jornal *O Globo*, que trouxe ainda como manchete, *O Brasil nas ruas*, na capa da sua edição do dia 18 de junho daquele ano.

Figura 13 - Capa do jornal *O Globo*



Fonte: Acervo *O Globo* (2013)

## 2 A CONSTRUÇÃO DA SEMIÓTICA PEIRCEANA

O estudo da comunicação, mais especificamente, aquela aplicada às mensagens encontradas na charge, precisa de embasamento referente aos seus aspectos de significação e representação. Assim, buscaremos, através de compostos comunicativos, identificar os elementos que compõem os processos perceptivos através da semiótica entendida como a teoria dos signos. Através dos estudos de Charles Sanders Peirce (1839-1914), considerado o fundador da semiótica, será possível interpretar a representação dos signos que estão inseridos no nosso objeto de estudo.

Dentro do contexto semiótico de Peirce (1975) e de seus interlocutores como Santaella (2002), podemos afirmar que a imagem é considerada um signo icônico com alta capacidade de representação e semelhança com o objeto denotado.

Santaella e Nöth (1999) conceituam a imagem como parte de dois polos opostos: o primeiro descreve a imagem direta perceptível (elementos e composição) e o outro a imagem mental simples, evocada através da nossa interpretação do cotidiano. Essa ideia acaba se afinando com o caráter da charge, já que tem na sua representação do real seus elementos perceptíveis através de cores e traços, manifestando caráter interpretativo a quem observa a imagem.

Para que seja traçado um perfil iconográfico das charges, é preciso entender a iconografia como forma de linguagem que utiliza imagens na representação de determinado tema. Então, para a criação desse perfil, ensejamos identificar as imagens e analisar seu contexto, sua finalidade, os elementos de composição, a informação presente, criando, assim, uma descrição do conteúdo evidente nas charges relacionadas.

Os estudos semióticos de Peirce estão estruturados sobre sua fenomenologia, baseada no modo como percebemos tudo o que está a nossa volta. Para Santaella (2002), a semiótica é uma quase ciência que fundamenta três ciências normativas: a estética, ética e lógica, apresentadas como disciplinas de caráter bastante abstrato, que se interligam e estimulam nossas ações. A autora enfatiza que:

A lógica é a ciência das leis necessárias do pensamento e das condições para se atingir a verdade. Muito cedo, Peirce deu-se conta de que não há pensamento que possa se desenvolver apenas através de símbolos. Nem mesmo o raciocínio puramente matemático pode dispensar outras espécies de signos. Vem dessa descoberta a extensão da concepção peirceana da lógica para uma semiótica geral. Por isso, a lógica, também chamada de semiótica, trata não apenas das leis do pensamento e das condições da verdade, mas para tratar das leis do pensamento e sua evolução, deve debruçar-se, antes, sobre as condições gerais dos signos. Deve

estudar, inclusive, como pode se dar a transmissão de significado de uma mente para a outra e de um estado mental para outro [...]. (SANTAELLA, 2002, p. 3)

A semiótica Peirceana é composta por três ramos que ajudam a compreender melhor a funcionalidade do signo: a *gramática especulativa*, a *lógica crítica* e a *metodêutica* ou *retórica especulativa*. Santaella (2002) explica que a gramática especulativa abrange o estudo de todos os tipos de signos e formas de pensamento advindos deles, sendo que a lógica crítica estuda como esses signos são processados cognitivamente. Já a metodêutica analisa os métodos que originam os vários tipos de raciocínio.

Ainda conforme Santaella (2002), o primeiro ramo da semiótica ou gramática especulativa traz de maneira geral todos os tipos de linguagem como signos, sinais, códigos, entre outros. Chegando-se, assim, na representação, que inclui a significação, a objetivação e interpretação, mostrando, dessa forma, o viés triático que o signo possui, já definido por Peirce em seus vários estudos.

## 2.1 AS CATEGORIAS FENOMENOLÓGICAS (FENEROSCÓPICAS) DE PEIRCE

A fenomenologia é o que nos estudos de Peirce (1975) evoca a composição de três elementos distintos que se interligam e giram em torno de todos os fenômenos que interagem entre a percepção e a mente. Sendo denominadas por ele como: *Primeiridade*, *Secundidade* e *Terceiridade*.

A primeiridade é o modo de ser daquilo que é tal como é, positivamente e sem referência a qualquer outra coisa. A secundidade é o modo de ser daquilo que é tal como é, com respeito a um segundo, mas independentemente de qualquer terceiro. A terceiridade é o modo de ser daquilo que é tal como é, colocando em relação recíproca um segundo e um terceiro (PEIRCE, 1975, p. 136).

De acordo com Peirce (2012), é possível entender através dos princípios e analogias da fenomenologia quais serão as divisões das relações triáticas, mesmo que de modo grosseiro, elas se dividem em *Relações triáticas de comparação*, que envolvem a natureza das possibilidades lógicas; *Relações triáticas de desempenho*, que abrangem a natureza dos fatos reais e as *Relações triáticas de pensamento*, que envolvem a natureza das leis.

Gomes (2000) explica como essa tríade formulada por Peirce funciona, exemplificando a sua aplicação na construção do conhecimento que, para ela, é resultado dos sistemas interpretativos do sentimento da volição e da própria cognição.

A percepção imediata (primeiridade) está ligada ao sentimento, não possibilitando, portanto, o estabelecimento de diferenciações. Mas a volição mobiliza a ação interativa que inaugura o processo de diferenciação (secundidade), que se intensifica na comunicação, gerando a construção de nossas representações do mundo (terceiridade), que correspondem aos nossos conhecimentos adquiridos (GOMES, 2000, p.63).

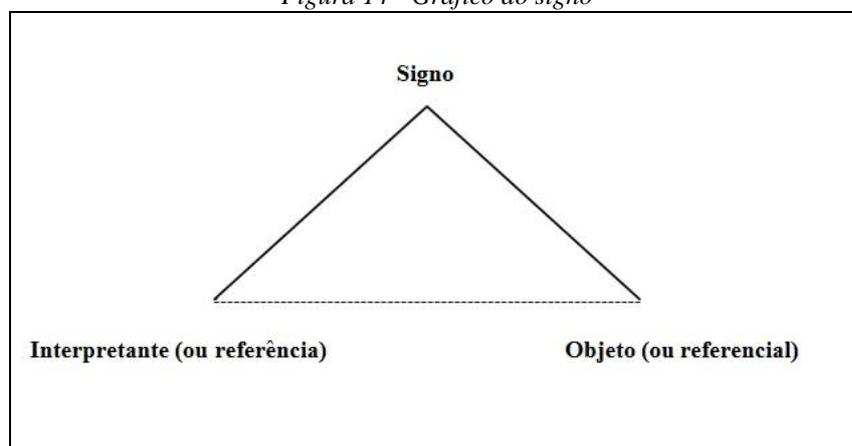
Nos estudos de Pignatari (1987), o autor tece suas considerações sobre o significado dos elementos que compõem a relação triática peirceana e que é consonante ao exemplo acima. Para ele, na primeiridade estão os sentimentos e sensações, qualidades, crenças, artes, além da indeterminação no mundo físico. Na secundidade, estão o querer e a volição, a força, os fatos, a dúvida, assim como o mundo dos negócios. Já na terceiridade estão o conhecer e a cognição, as leis, os hábitos, a consciência, além da regularidade estatística no mundo físico.

## 2.2 O SIGNO PEIRCEANO

A semiótica de Peirce traz consigo um estudo bastante abrangente e detalhado sobre os signos, mas faremos um estudo mais simplificado, visando conhecer os conceitos básicos para que, posteriormente, seja aplicado às análises associadas aos conhecimentos mais relevantes ao trabalho proposto. Então, primeiramente, entenderemos o conceito de signo:

Um signo, ou *representamen*, é aquilo que, sob certo aspecto, representa alguma coisa para alguém. Dirigindo-se a alguém, isto ~~é, era~~, na mente dessa pessoa, um signo equivalente, ou talvez um signo mais desenvolvido. Ao signo assim criado denomino *interpretante* do primeiro signo. O signo representa alguma coisa, seu *objeto*. (PEIRCE, 2012, p.46)

Figura 14 - Gráfico do signo



Fonte: COELHO NETTO (2010, p.56)

As linhas do gráfico acima são descritas como sendo a demonstração da diferença existente entre as ligações do signo com o interpretante e do interpretante com o seu objeto, da ligação entre o objeto e o signo, ou seja, entre interpretante e signo existem relações causais.

Peirce (2012) se refere ao *representamen* como sendo o primeiro correlato de uma relação triática, seguido pelo seu objeto, como segundo correlato e, aparecendo como terceiro correlato, será o seu interpretante. Porém, esse mesmo interpretante será, possivelmente, o primeiro correlato da mesma relação triática, no que se refere ao mesmo objeto, assim como para um possível interpretante. “Um signo é um representamen do qual algum interpretante é a cognição de um espírito” (PEIRCE, 2012, p.51).

Entrando na lógica de que qualquer coisa pode ser um signo, Santaella (2002) mostra o que Peirce apresenta como sendo necessário para que esta coisa funcione como tal. Neste ponto, seriam necessárias três propriedades formais compostas de qualidade, existência e lei.

Retomando a discussão acerca das três categorias fenomenológicas, que formam a base do signo, pois são propriedades comuns a todas as coisas, Santaella (2002, p. 12) nos diz que “pela qualidade, tudo pode ser signo, pela existência, tudo é signo, e pela lei, tudo deve ser signo. É por isso que tudo pode ser signo, sem deixar de ter suas outras propriedades”.

De acordo com a análise de Silva e Araújo (2011) sobre os signos de Peirce, na qual explica que o signo é provocado pelo objeto, representante da própria realidade, podemos ressaltar que dentro dessas propriedades comuns a todas as coisas, o signo poderá apresentar de maneira diferente o seu objeto. Conforme Santaella (2002), tal como existem três tipos de propriedades, também existem três tipos de relações do signo para com o objeto a que se remete.

Os três tipos de relação entre signo e seu objeto se aplicam da seguinte maneira: “Se o fundamento é um quali-signo, na sua relação com o objeto, o signo será um ícone; se for um existente, na sua relação como objeto, ele será um índice; se for uma lei será um símbolo” (SANTAELLA, 2002, p. 14). Outro meio de compreender a relação construída por Peirce entre o fundamento do signo e seu objeto é a diferença entre *objeto dinâmico* e *objeto imediato*. Onde o objeto dinâmico vai ser algo a que o signo se reporta ou nos sugere e o objeto imediato é o modo como o signo representa aquilo a que se refere.

[...] façamos a experiência de comparar a primeira página de dois grandes jornais diferentes em um mesmo dia. O objeto dinâmico dessas duas páginas são presumidamente os acontecimentos mais quentes de uma conjuntura recente. Como esse objeto dinâmico é apresentado em cada uma das páginas vem a ser o objeto imediato, quer dizer, aquele recorte específico que a página, que é um signo, de cada

um dos jornais fez do objeto dinâmico, a conjuntura da realidade. É claro que esse recorte depende de uma série de aspectos, tais com a ideologia do jornal, o que foi decidido na pauta como merecedor de atenção, etc. Mas é o recorte específico que aquele signo faz, com todos os aspectos que ele envolve, que é o objeto imediato, ou seja, o modo como o signo representa ou indica ou ainda, sugere o objeto dinâmico (SANTAELLA, 2002, p. 15-16).

O exemplo acima reforça a ideia de que o objeto imediato é sugestionado ao objeto dinâmico. “O signo é determinado pelo objeto dinâmico, mas também o cria sem que retire dele seu poder de determinação através do objeto imediato, que é signo” (SILVA; ARAUJO, 1995, p.40).

### 2.3 AS TRICOTOMIAS DO SIGNO

Peirce (1975) sugeriu a existência de dez tricotomias e sessenta e seis classes de signos, mas faremos um apanhado apenas das três tricotomias que farão parte da análise semiótica proposta anteriormente. A primeira tricotomia relaciona o signo em si mesmo, a segunda apresenta a relação do signo com o seu objeto e a terceira, por sua vez, propõe as relações entre o signo e seu interpretante. Peirce (2012) apresenta a divisão dos signos conforme essa tricotomia.

Os signos são divisíveis conforme três tricotomias, a primeira, conforme o signo em si mesmo for uma mera qualidade, um existente concreto ou uma lei geral; a segunda, conforme a relação do signo para com o seu objeto consistir no fato de o signo ter algum caráter em si mesmo, ou manter alguma relação existencial com esse objeto ou em sua relação com um interpretante; a terceira, conforme seu interpretante representá-lo como um signo de possibilidade ou como um signo de fato ou como um signo de razão (PEIRCE, 2012, p. 51).

Na primeira divisão da tricotomia de Peirce, um signo pode ser determinado como *quali-signo*, *sin-signo* e *legi-signo*. Conforme a segunda tricotomia, um signo pode ser *ícone*, *índice* ou *símbolo*. De acordo com a terceira tricotomia do signo, ele pode ser denominado como *rema*, *dicissigno* ou *dicente* e *argumento*.

A primeira tricotomia dos signos apresenta o *quali-signo* como um signo que é uma qualidade; o *sin-signo* é algo singular, um evento já existente; o *legi-signo* estabelece uma convenção social ou tem caráter de lei. Peirce (1975) conceitua o que seria esta primeira divisão dos signos.

*Quali-signo* é uma qualidade que é um Signo. Não pode, em verdade, atuar como um signo enquanto não se corporificar, contudo, a corporificação nada tem a ver

com seu caráter como um signo. Um sin-signo (onde a sílaba *sin* significa “uma única vez”), como em “singular”, “simples”, no latim *semel*, etc.) é uma coisa existente ou acontecimento real, que é um signo. Só pode sê-lo através de duas qualidades; de sorte que envolve um quali-signo ou, antes, vários quali-signos. [...]. Um Legi-signo é uma lei que é um Signo. Tal lei é comumente estabelecida por homens. Todo signo convencional é um legi-signo (PEIRCE, 1975, p.100-101).

A segunda tricotomia apresenta a divisão do signo em ícone, índice e símbolo, tal divisão representa a relação do signo com o seu objeto, como já foi dito anteriormente. Peirce (1975), faz suas considerações sobre esta tricotomia, que é considerada a mais importante.

Um *ícone* é um signo possuidor de caráter que o torna significativo, ainda que seu objeto não existisse; tal como um risco de lápis representando uma linha geométrica. Um *indicador* é um signo que perderia, de imediato, o caráter que faz dele um signo, caso seu objeto fosse eliminado, mas que não perderia aquele caráter, caso não houvesse interpretante. [...]. Um *símbolo* é um signo que perderia o caráter que o torna signo se não houvesse interpretante. Tal é qualquer modulação de fala que significa apenas por se entender que tem aquela significação (PEIRCE, 1975, P.131).

De acordo com a terceira tricotomia de Peirce, divisão em que o signo pode ser rema, dicente ou argumento. Coelho Netto (2010) diz que se pode falar em relações pragmáticas do signo, denotando sua terceira divisão da seguinte maneira:

Um *Rema* é um signo que para seu interpretante funciona como signo de uma possibilidade que pode ou não se verificar [...]. Um *dicissigno*, ou *dicente*, é um signo de fato, signo de uma existência real. Correspondendo a um *enunciado*, envolve remas na descrição do fato [...]. Um *argumento* é um signo de razão, um signo de lei, correspondendo a um juízo [...] (COELHO NETTO, 2010, p.61)

Coelho Netto (2010) apresenta os argumentos utilizados por Peirce para estabelecer a primeiridade, secundidade e terceiridade como categorias dos signos, de acordo com as três tricotomias. Onde a primeiridade se refere ao nível sensível e qualitativo, abrangendo o ícone, quali-signo e rema. A secundidade abrange o nível da experiência, da coisa ou do evento, como no caso do índice, sin-signo e dicissigno. A terceiridade diz respeito à mente, ao pensamento, à razão, onde está inserido o símbolo, o legi-signo e o argumento.

As três tricotomias do signo podem ser observadas na tabela a seguir, onde teremos:

Figura 15 - Tabela das tricotomias do signo

DIVISÃO DOS SIGNOS			
Categoria	O signo em relação a si mesmo	O signo em relação ao objeto	O signo em relação ao interpretante
Primeiridade	Quali-signo	Ícone	Rema
Secundidade	Sin-signo	Índice	Dicente
Terceiridade	Legi-signo	Símbolo	Argumento

Fonte: COELHO NETTO (2010, p. 62)

### 2.3.1 Da relação entre o signo e seu próprio representamen

Dentro da relação existente entre o signo e seu representamen, três propriedades formais fazem com que qualquer coisa possa funcionar como signo, pois tais propriedades são comuns a todas as coisas. O signo então será signo pela qualidade, pela existência e pela lei.

A qualidade expressada por uma cor, como o azul, que faz lembrar o céu, transforma tal qualidade em signo através do poder de sugestão, citado por Santaella (2002), que diz ainda que o mesmo também pode acontecer com outras qualidades, como o cheiro, o som, etc. Dessa forma, o signo funcionará como quali-signo quando estiver associado a alguma qualidade.

A existência de algo determinará um signo e classificá-lo como sin-signo. De acordo com Santaella (2002), “todo existente, qualquer existente é multiplamente determinado, é uma síntese de múltiplas determinações, pois existir significa ocupar um lugar no tempo e no espaço, significa reagir em relação a outros existentes, significa conectar-se.” Um exemplo de sin-signo é um diagrama de alguma coisa em particular.

A propriedade da lei é o que vai tornar algo em legi-signo, a lei em questão é abstrata e age sobre a singularidade. Sendo criada pelo homem e, quando essa singularidade se adequa a generalidade da lei, esta passa a ser chamada de réplica. Peirce (2012) apresenta como exemplo as palavras:

[...] A palavra “o” normalmente aparecerá de quinze a vinte e cinco vezes numa página. Em todas essas ocorrências é uma e a mesma palavra, o mesmo legi-signo. Cada uma de suas ocorrências singulares é uma Réplica. A Réplica é um Sin-signo. Assim, todo Legi-signo requer Sin-signos. Mas estes não são Sin-signos comuns, como são ocorrências peculiares que são encaradas como significantes. Tampouco a Réplica seria significante se não fosse pela lei que a transforma em significante (PEIRCE, 2012, p. 52)

Para Santaella (2002), as palavras são leis em virtude de um sistema, sem ele as palavras seriam apenas balbucios. Assim, cada língua tem o seu sistema, fazendo com que as palavras se adequem a uma combinação de sons e sequências. A lei que rege as palavras é determinante para que essas sequências sejam entendidas de acordo com o sistema no qual estão inseridas.

### **2.3.2 Da relação entre o signo e seu objeto**

A segunda tricotomia é a mais importante para os propósitos deste trabalho. Nesta, Peirce (1975) classifica o signo em ícone, índice e símbolo na relação existente entre o representamen e seu objeto. Coelho Netto (2010) destaca o modelo de Peirce, referente aos estudos desta segunda tricotomia, como sendo o mais satisfatório e coerente entre as demais propostas, que se comparadas à proposta de Peirce, tornam-se incompletas e geram uma série de mal entendidos no que diz respeito aos termos utilizados.

A importância que a segunda tricotomia de Peirce exerce sobre o signo e seu objeto favorece a análise deste trabalho, na medida em que se aproxima dos propósitos de um ícone. De acordo com (PEIRCE, 2012, p. 52) “é um signo que se refere ao Objeto que denota apenas em virtude de seus caracteres próprios, caracteres que ele igualmente possui quer um tal Objeto realmente exista ou não.” Para o autor, o ícone precisa da existência de um objeto para funcionar como signo, o que não o descaracteriza como tal, pois qualquer coisa é ícone de qualquer outra coisa, levando-se em conta sua semelhança a essa coisa e utilizando como ícone seu signo.

Coelho Netto (2010) frisa o caráter de semelhança que o ícone, na sua função como signo, tem que ter com o objeto representado, dando como exemplos a escultura de uma mulher, a fotografia de um carro, entre outros. Santaella (2002) destaca que o ícone é um signo que se fundamenta em um quali-signo, pois dentro da relação com o objeto que o quali-signo poderá sugerir, o quali-signo será icônico.

Peirce dividiu os signos icônicos (signos que possuem função de semelhança com seus objetos), em três níveis, que são a imagem, diagrama e metáfora. Essa divisão icônica é detalhada por Santaella (2002).

A imagem estabelece uma relação de semelhança com seu objeto, puramente no nível de aparência. Imagens de um gato, de um bosque, [...] podem representar esses objetos quando apresentam níveis de similaridade com o modo como os mesmos são visualmente percebidos. O diagrama representa seu objeto por similaridade entre as

relações internas que o signo exhibe e as relações internas do objeto que o signo visa representar. O mapa do metrô de Londres [...] é um diagrama, pois a similaridade com seu objeto não se dá no nível das aparências, mas no nível das relações internas [...]. A metáfora representa seu objeto por similaridade no significado do representante e do representado. Ao aproximar o significado de duas coisas distintas, a metáfora produz uma faísca de sentido que nasce de uma identidade posta à mostra. É justamente esse efeito que uma frase do tipo “Ela tem olhos de azeitona” produz (SANTAELLA, 2002, p. 18).

O índice é um signo que faz referência ao seu objeto, devido ser diretamente afetado por ele, além de ter alguma coisa em comum com o objeto. De acordo com Peirce (2012), o índice não pode ser um quali-signo, visto que as qualidades independem de qualquer outra coisa.

[...] Na medida em que o Índice é afetado pelo objeto, tem ele necessariamente alguma Qualidade em comum com o Objeto, e é com respeito a estas qualidades que ele se refere ao Objeto. Portanto, o Índice envolve uma espécie de Ícone, um Ícone de tipo especial; e não é a mera semelhança com seu Objeto, mesmo que sob estes aspectos que o torna um signo, mas sim sua efetiva modificação pelo objeto (Peirce, 2012, p. 52).

Para Coelho Netto (2010), o fato de o signo indicial ter alguma qualidade em comum com o objeto o torna uma espécie de ícone especial, embora não seja isto que o defina como signo, mas sim, sua capacidade de ser modificado pelo objeto. O autor cita como exemplos de ícone a fumaça, que é um signo indicial de fogo; uma seta colocada num cruzamento, é índice do caminho a seguir; uma impressão digital também funciona como índice.

O índice e o ícone são bem diferentes, de acordo com Santaella (2002), que exemplifica essa distinção entre os dois signos, mostrando que essa diferença está bem evidente em uma fotografia de uma montanha, por exemplo, já que falar de fotografias nos leva a tratar dos índices. A montanha fotografada existe, de fato, independentemente de ter sido capturada na foto, então a imagem na foto tem o objetivo de indicar a montanha singular na sua existência. O fato de existir concretamente da montanha é que fundamenta o índice. Além disso, é necessário que a foto também seja um existente como a montanha.

Santaella (2002) concorda com Coelho Netto (2010) quando diz que “todos os índices envolvem ícones. Mas não são os ícones que os fazem funcionar como signos (SANTAELLA, 2002, p.19).” Para a autora, a imagem da montanha na foto se assemelha com a sua aparência real, agindo como ícone da montanha, contribuindo, assim para o seu imediato reconhecimento. Já o caso da imagem na foto funcionar como índice do que foi fotografado, deve-se ao fato de ser o resultado da conexão efetiva entre a tomada da foto e a montanha.

Santaella (2002) reforça o modo de agir sobre o objeto de cada um dos signos da segunda tricotomia. “[...] Enquanto o ícone sugere através de associações por semelhança e o índice indica através de uma conexão de fato, existencial, o símbolo representa através de uma lei” (SANTAELLA, 2002, p.20).

No caso do símbolo, é um signo que se relaciona como o seu objeto através de uma lei. (PEIRCE, 2012, p. 52) estabelece que “normalmente uma associação de ideias gerais que opera no sentido de fazer com que o Símbolo seja interpretado como se referindo aquele Objeto”.

Para Peirce (2012), essa natureza geral que o signo compreende também se estende ao seu objeto, assim o símbolo em casos determinados poderá ser indiretamente afetado através da associação ou de outra lei. O símbolo então envolverá um índice de tipo especial, embora isso não signifique que o leve efeito desses casos explique a significação do símbolo.

Santaella (2002) considera a ação do símbolo bem mais complexa, pois se fundamenta em um legi-signo e as leis agem de maneira condicional, já que funcionam mediante preenchimento de determinadas condições. Então, através de convenções sociais, o símbolo poderá agir como representante dessa lei, como por exemplo, a bandeira brasileira representando o Brasil.

### **2.3.3 Da relação entre o signo e seu interpretante**

A terceira tricotomia de Peirce faz referência ao signo e seu interpretante, sendo denominado por ele como Rema, Dicente e Argumento. De acordo com Coelho Netto (2010), podemos falar em relações pragmáticas de signo nesta tricotomia.

Um Rema é um signo que funcionará como uma possibilidade qualitativa em relação ao seu interpretante. “[...] Todo Rema propiciará, talvez, alguma informação, mas não é interpretado nesse sentido” (PEIRCE, 2012, p. 53).

Santaella (2002) afirma que o rema não passa de uma conjectura ou hipótese interpretativa e, sendo signo de possibilidade qualitativa, se equipara aos ícones.

Quando uma qualidade é tomada como signo de uma outra qualidade sob efeito de alguma comparação, essa operação é sempre hipotética. Por exemplo, quando dizemos que uma nuvem tem a forma de um castelo, essa comparação não passa de uma conjectura. Como se pode ver, se temos diante de nós quali-signos icônicos, eles só podem produzir interpretantes remáticos (SANTAELLA, 2002, p.26).

No caso do dicente, é um signo de existência real para o seu interpretante. Para Peirce (2012), o dicente não pode ser um ícone, pois este não sustenta uma interpretação de algo que possui uma existência real.

Um exemplo simples dessa existência real necessária ao dicente é apresentado por (SANTAELLA, 2002, p. 26) “[...] Quando dizemos que o copo está sobre a mesa, este é um signo de existência real, pois sua veracidade pode ser constatada no local em que o copo deveria estar. Por isso mesmo, dicentes são interpretantes de signos indiciais.”

Peirce (2012) destaca a importância do rema na descrição do fato que é interpretado, que funcionará como um tipo especial de rema, mas ressalta que embora o rema seja necessário ao dicente, não é ele que o constitui.

O argumento é um signo que se relacionará com o seu interpretante por meio de uma lei. “[...] A base do argumento está nas sequências lógicas de que o legi-signo simbólico depende.” (SANTAELLA, 2002, p.26)

Coelho Netto (2010) diz que o argumento é um signo de razão, de lei, que se corresponde através de um juízo, que ele compara a um silogismo do tipo “A é B, B é C, portanto A é C”.

Para concluir o entendimento sobre a terceira tricotomia dos signos, Peirce (2012) resume a funcionalidade destes em relação aos seus interpretantes. O rema representa seu objeto apenas em suas características; o dicente representa seu objeto através da existência real e o argumento, em seu caráter de signo.

### 3 O PODER SÍGNICO DAS CHARGES

A charge contém traços que servem de base para a interpretação dos discursos deliberadamente explícitos nas suas mensagens. Para que possamos ter uma análise efetiva das charges, será necessário explorar os elementos sígnicos presentes nas imagens e textos que as compõem nas publicações dos jornais.

Para mostrar como os signos se apresentam através da charge, devemos, primeiramente, entender a estrutura da imagem, sendo que esta geralmente está segmentada em um discurso. A segunda tricotomia peirceana será de fundamental importância para que possamos analisar as relações entre o signo e seu objeto. Assim, a charge, enquanto imagem, nos fornecerá os elementos necessários para que seja identificada a relevância da semiótica no processo que envolve signo e objeto, visando a comunicação com o seu destinatário.

Para Joly (2005), a imagem deve ser analisada levando-se em conta o destinatário, já que traz consigo uma mensagem visual.

Considerar a imagem como uma mensagem visual composta de diversos tipos de signos, equivale, [...] a considerá-la como uma linguagem e, portanto, como uma ferramenta de expressão e de comunicação. Seja ela expressiva ou comunicativa, é possível admitir que uma imagem sempre constitui uma *mensagem para o outro*, mesmo quando esse outro somos nós mesmos (JOLY, 2005, p.55).

Joly (2005) ressalta que além de se buscar para quem a mensagem visual foi produzida, descrita acima, também é necessário distinguir a sua função, para então compreender o seu conteúdo. Santaella (2002) tece seus comentários sobre as percepções que os signos podem nos proporcionar através de suas múltiplas linguagens.

Em uma acepção muito geral, a semiótica é a teoria de todos os tipos de signos, códigos, sinais e linguagens. Portanto, ela nos permite compreender palavras, imagens, sons em todas as suas dimensões e tipos de manifestações. As linguagens estão fundamentadas em esquemas perceptivos. Assim sendo, os processos perceptivos também fazem parte dos processos semióticos. Além disso a semiótica estuda os processos de comunicação, pois não há mensagem sem signos e não há comunicação sem mensagem [...] (SANTAELLA, 2002, p.59).

Segundo Santaella (2002), os processos comunicativos envolvem três faces: a significação ou representação, a referência e a interpretação das mensagens. Averiguando, de acordo com a análise semiótica, podemos encontrar dentro da significação suas qualidades e sensorialidades, sua mensagem particular e sua mensagem geral, convencional, cultural.

No que se alude à análise semiótica da referência (objeto), teremos o entendimento daquilo que as mensagens indicam, referem-se ou se aplicam, além dos aspectos sugestivos, denotativos e representativos das mensagens, sendo que o aspecto representativo se refere às ideias abstratas e convencionais disseminadas culturalmente.

A análise semiótica do interpretante revela os efeitos despertados pelas mensagens no receptor, que são os efeitos emocionais, reativos e mentais, sendo que este último leva o receptor a refletir.

Agora, vejamos, a seguir, uma charge publicada no jornal *O Globo* no dia 19 de junho de 2013, dois dias após o ato nacional realizado em onze capitais brasileiras.

*Figura 16- Charge Protestos de junho de 2013*



*Fonte: O Globo (2013)*

A charge acima possui vários traços que, sob a análise semiótica, demonstram a ação dos signos no que diz respeito à segunda tricotomia de Peirce (da relação do signo com o seu objeto). Para as próximas imagens, os traços sígnicos serão analisados isoladamente, sendo escolhido um para cada imagem. Assim, poderemos observar como ícone, índice e símbolo se apresentam, particularmente, dentro da charge. Mas por enquanto, teremos uma visão geral dos signos representados na imagem.

Na figura 16, podemos observar no que tange ao ícone, o reconhecimento imediato da figura de dois homens representados pelo Policial Militar (PM) e do manifestante através da semelhança que ambos têm aos objetos representados através da imagem. Também é possível perceber a ação do índice, que mostra através do movimento do policial indo na direção ao

manifestante, que, por sua vez, indica que está fazendo o registro da ação do policial, através do aparelho eletrônico.

Outro índice bastante relevante na imagem é a presença de traços azuis próximos ao capacete do agente da lei, que indicam susto ou certo receio por parte dele em relação à atitude do manifestante.

O símbolo também pode ser constatado na imagem. Neste caso, podemos usar novamente a figura do policial para simbolizar a figura do estado, por força de lei estabelecida por uma convenção social, ou seja, agindo como um *legi-signo*. Já o manifestante, possivelmente, simboliza a sociedade civil presente no protesto. Neste ponto, é fundamental observar o uniforme como parte da representação simbólica, pois é o que diferencia o militar do civil ou o estado do povo.

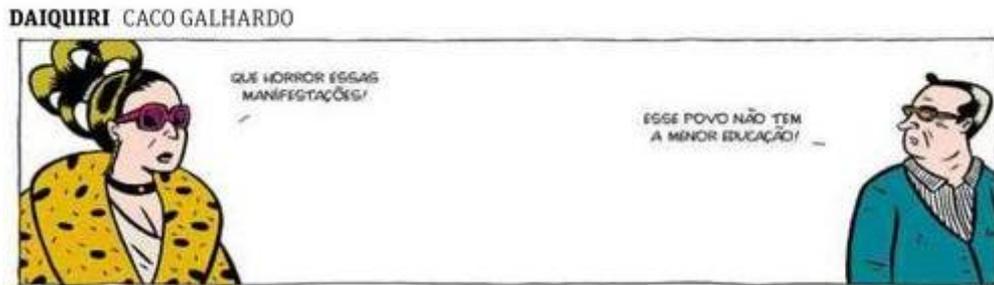
Como podemos analisar, a charge apresenta mensagens que sugestionam o receptor, causando-lhe algum efeito cabível de interpretação, além de fornecer elementos que indicam, se referem e simbolizam algo, funcionando como um canal entre a mensagem visual apresentada pelo jornal *O Globo* em forma de opinião e o seu receptor representado pelo leitor do referido jornal. Agora, poderemos avançar na análise de outras charges publicadas no mesmo período em que ocorreram os protestos do mês de junho de 2013, com a utilização de cada signo que compõe a segunda tricotomia e explorando o que cada um deles representa dentro da charge.

### 3.1 O PODER ICÔNICO DA CHARGE

O signo icônico é analisado de acordo com os elementos presentes na charge, observando-se as características de representação de um ou vários objetos a partir da semelhança ou do seu caráter qualitativo.

A charge que veremos a seguir foi publicada pelo jornal *Folha de S. Paulo* no dia seguinte aos protestos do dia 17 de junho de 2013 no caderno *Folha Ilustrada*.

Figura 17- Charge icônica dos protestos de junho



Fonte: Folha de S. Paulo (2013)

As representações icônicas que podemos destacar na imagem são, primeiramente, as duas personagens que aparecem nos extremos: uma representando a figura feminina e outra representando a figura masculina. Como já destacamos, o ícone tem função representativa através da semelhança com o seu objeto, neste caso, uma mulher e um homem.

Neste primeiro olhar, devemos levar em consideração a face qualitativa do signo, ou seja, seu aspecto sugestivo evocado pela aparência com o seu objeto, pois mesmo que as imagens não sejam de uma mulher e um homem verdadeiramente, ambos podem ser reconhecidos através de qualidades que remetem a figura humana de ambos os gêneros.

As vestimentas utilizadas pelo casal na imagem sugerem alto poder aquisitivo, principalmente pelo fato da cor utilizada pelo chargista na roupa da mulher lembrar um casaco de pele de animal, geralmente encontrado com preço elevado no mercado da moda, além do penteado nada trivial para um dia comum. O destaque dado à cor da roupa funciona como um quali-signo icônico por se tratar de uma qualidade do signo em relação ao seu objeto.

O chargista ainda acrescentou um texto que apresenta um diálogo entre os pares, sendo que a mulher desaprova as manifestações e o homem concorda com ela, acrescentando a falta de educação do povo.

O contexto irônico presente na charge, possivelmente, revela a falta de simpatia da classe mais abastada da sociedade brasileira, que muitas vezes não utiliza os serviços públicos essenciais fornecidos pelo estado, e o fato desta achar que falta educação ao povo, sendo que uma das várias reivindicações estava pautada na melhoria do sistema educacional. A crítica do jornal *Folha de S. Paulo* nos conduz a relacioná-la ao comodismo de um determinado grupo social.

Para Santaella (2002), no que se refere à interpretação do ícone, as possibilidades interpretativas estão sempre abertas, pelo fato do ícone não possuir na sua composição algo definitivo. Assim, tudo dependerá das cadeias associativas que o signo icônico suscitará no intérprete, bem como no volume da riqueza cultural presente no repertório deste, capacitando-o a deduzir as sugestões prolíferas apresentadas pelo ícone.

É importante destacarmos que, apesar de analisarmos prioritariamente os traços icônicos, a imagem possui tanto traços indiciais quanto simbólicos na sua estrutura, ainda que não seja de forma hegemônica. A própria postura do casal, que está de frente um para o outro, assim como a indicação das falas na imagem, conduzem-nos ao signo indicial, pois nos dão elementos que indicam o diálogo entre eles, assim como a presença de componentes que nos sugerem a classe social de ambos.

O elemento simbólico também pode ser percebido na imagem através da vestimenta. O casaco de pele de animal pode ser interpretado como um símbolo de riqueza. Assim, o signo simbólico completa a cena na qual o destaque ficou por conta dos elementos icônicos apresentados anteriormente.

### 3.2 O PODER INDICIAL DA CHARGE

O signo indicial presente na charge é fundamental para que possamos entender o que aconteceu durante as horas que se seguiram após o início das manifestações do dia 17 de junho. O índice utiliza a conexão de algo existencial para indicar outra coisa ligada ao seu objeto. A próxima charge também foi publicada no jornal *Folha de S. Paulo* na mesma edição da charge anterior, mas neste caso, junto à página “Editorial”.

O chargista representa através dos detalhes, o confronto entre os manifestantes e a Polícia Militar em alguns locais específicos, durante os protestos, como podemos observar a seguir.

Figura 18- Charge Protestos de junho índice



Fonte: Folha de S. Paulo (2013)

Ao visualizar a charge acima é bastante perceptível a presença do signo indicial. O cenário de destruição indica a desordem que se instaurou durante as manifestações, onde houve casos isolados de confronto entre policiais militares e manifestantes e depredações do patrimônio público e privado.

O chargista Angeli trouxe de maneira bastante enfática na sua charge o ambiente caótico deixado para trás após a dispersão dos manifestantes, na qual também é possível ver, de maneira explícita, vários pontos de fumaça, indicando que também houve incêndio no local, assim como algumas labaredas, que indicam a existência de focos de incêndio.

Levando em consideração o fator existencial do signo, a fumaça é um bom exemplo da relação que se estabelece entre o signo indicial e seu objeto, já que a fumaça indica fogo, sendo este um dos exemplos utilizados pelo próprio Peirce para se referir ao índice. Então, esta relação de afetação entre signo e objeto nada mais é que a demonstração do índice (fumaça) sendo diretamente afetado por seu objeto (fogo). Portanto, teremos uma conexão de fato existencial.

A frase – *Pode parecer estranho, mas, para mim, esta paisagem é de uma beleza acachapante*, proferida pelo Policial Militar para sintetizar a cena, pode remeter o leitor aos idos tempos da Ditadura Militar, em que as manifestações eram duramente combatidas. Neste momento, a situação indica a presença policial com o objetivo de reprimir o movimento, como ocorrera no período ditatorial e, logo se enquadra em uma conexão de existência indicial entre repressão e manifestação.

A presença de dois policiais com armas em punho e a inexistência da figura do manifestante demonstram que a repressão foi bem sucedida. Nesse sentido, o policial se

mostra satisfeito, pois apesar do cenário de guerra, o mesmo demonstra estar contente com o resultado.

De acordo com Santaella (2002), a questão interpretativa, quando nos referimos ao índice, nos leva a possibilidades interpretativas fechadas, até mesmo quando consideramos os índices que nos conduzem para uma diversidade de caminhos. Santaella (2002) acrescenta que, por se tratar de uma relação dual entre signo e objeto na qual ambos se conectam dinamicamente, os potenciais interpretativos dos índices acabam se limitando a ligação existencial. Assim, a dinâmica interpretativa se resume a um signo indicando um ou mais objetos.

Assim como ocorre com a imagem utilizada para destacar o poder icônico do signo, a charge indicial, representada acima, possui características de outros signos, pois tanto o ícone quanto o símbolo podem ser observados na imagem.

O ícone está representado por diversas imagens que se assemelham aos objetos reais e nos levam a acreditar, através da semelhança com estes, que os são realmente. Na imagem, podemos visualizar lixo, prédios e pessoas. Os policiais representados, por exemplo, possuem qualidades que nos ajudam a assimilar facilmente a figura real dos policiais militares, da mesma forma que podemos perceber o traço do signo simbólico através da representação do estado por meio da Polícia Militar, já visto anteriormente.

### 3.3 O PODER SIMBÓLICO DA CHARGE

No ponto de vista simbólico, podemos verificar através da charge a representação de ideias gerais em referência a determinado objeto, agindo através de uma lei. Neste caso, vamos identificar o legi-signo e sua particularidade dentro da imagem, que no caso do signo simbólico, necessita do conhecimento da lei exercida sobre o objeto para funcionar como tal.

Na capa da edição do jornal *O Globo* do dia 18 de junho de 2013, Chico apresentou a seguinte charge:

Figura 19 - Charge Protestos de junho símbolo



Fonte: *O Globo* (2013)

A figura do Policial Militar está inserida tanto na charge do jornal *Folha de S. Paulo* quanto nas charges do jornal *O Globo*. Uma das possíveis explicações seria a simbologia presente na figura do policial como representante do estado nas manifestações de junho de 2013. No caso da Charge de Chico não é apenas a imagem do PM que funciona como símbolo.

O cassetete nas mãos do policial simboliza a força do estado para reprimir as manifestações. Ao fundo, é possível perceber, principalmente pela arquitetura, outro símbolo nacional, a capital do país, Brasília, que simboliza a política nacional, como também pode simbolizar a corrupção, pois, como afirma Peirce, a compreensão do interpretante do signo vai depender do repertório do intérprete o qual o autor denomina “experiência colateral”.

Vale ressaltar que o símbolo tem seu processo de significação baseado no conhecimento da lei que o fundamenta. Por isso, se o leitor desconhecer o fato de que Brasília é a capital federal e concentra o poder político do país a significação simbólica será interrompida.

Outro exemplo da necessidade do conhecimento no que diz respeito ao fundamento de legi-signo é o texto da charge. Digamos que se o leitor não reconheça a arquitetura da capital pela imagem, Chico reforça se tratar de Brasília, colocando o nome da cidade no título na charge. Nesse caso, as palavras funcionam como símbolo, por se tratar de uma determinada

língua, no caso o português. Assim, para o intérprete que não conhecer o idioma falado no Brasil o símbolo não terá validade.

As cores utilizadas para representar os manifestantes ao fundo da imagem remetem as cores da bandeira nacional, que é um símbolo do Brasil. O verde, azul e amarelo que predominam na bandeira também são símbolos, pois representam elementos naturais encontrados no país.

Santaella (2002) nos diz que o aspecto simbólico do signo pode ser muito rico por se tratar de legi-signos que, de acordo com a semiose humana, estão quase sempre ligados a convenções culturais. Sendo que um estudo mais cauteloso do símbolo nos leva a uma gama abrangente de referências, “[...] que incluem os costumes e valores coletivos e todos os padrões estéticos, comportamentais, de expectativas sociais etc.” (SANTAELLA, 2002, p.37).

O símbolo, do ponto de vista interpretativo, é apontado por Santaella (2002) como sendo inesgotável, pois todo símbolo é incompleto, visto que só se caracteriza como signo devido a uma determinação imposta a um interpretante que lhe dará este significado através de sua interpretação.

As características icônicas e indiciais também podem ser percebidas na imagem como nas charges anteriores. Os exemplos de ícone estão como representações da realidade, pois o PM se assemelha ao policial militar real, a composição dos prédios ao fundo se assemelha a Esplanada dos Ministérios, os manifestantes representados se assemelham às pessoas que estiveram nos protestos do dia 17 de junho de 2013.

O índice se apresenta na charge em forma de referência sobre algo, como pode ser observado na localização das pessoas sobre a Esplanada dos Ministérios, podendo indicar a tomada do local pelos manifestantes, e, também, nas cores utilizadas na representação das pessoas nos sugerem que estas foram aos protestos com as cores da bandeira nacional.

### 3.4 CONSIDERAÇÕES SOBRE A SEGUNDA TRICOTOMIA DO SIGNO

A segunda tricotomia do signo nos mostra os vários níveis de interpretações a qual estão sujeitos os signos, sendo também muito bem delimitado o aspecto de classificação desses nos estudos de Peirce. Uma distinção clara de como os três tipos principais: ícone, índice e símbolo mantêm relações significativas com seus objetos.

Apesar da complexidade dos estudos peirceanos, o entendimento da charge, a partir do signo, deve-se aos aspectos atribuídos a ele, onde está inserido a sua relação com o

interpretante, seu fundamento e a relação com o objeto. Assim, através de imagens, podemos construir um discurso que abrange os elementos que as compõem.

O ícone se apresenta de forma análoga ao que representa, sendo seu referente composto por uma imagem figurativa, na qual podemos analisar de maneira representativa os seus componentes. Os quali-signos é que darão suporte para imprimir a atmosfera que será referenciada.

O índice, por sua vez, mostra-se através do processo de causa e efeito. Nesse caso, o signo indicial revela algo existente, que o liga fisicamente ao seu objeto. Isso significa que o índice precisa mais do que uma conexão de semelhança, necessita uma conexão de fato.

O símbolo carrega consigo as convenções relativas ao seu referente. Então, tudo aquilo que foge ao convencionado anteriormente não poderá caracterizá-lo como algo simbólico. É preciso que tenha certa regularidade, que siga os padrões estabelecidos, agindo como legi-signo propriamente dito.

Apesar das relações triáticas estarem muito bem delimitadas entre os signos que formam a segunda tricotomia, não significa que um tenha que ser anulado pelo outro, mas, pelo contrário, em alguns casos existe a necessidade de tornar esses signos especiais para que assim possamos entender o seu significado. O índice, por exemplo, pode apresentar aspectos icônicos e se modificar quando comparado a sua representação, como vimos nos exemplos anteriores. É por isso que Peirce (2012) nos ensina que a relação triática é genuína, ou seja, não se pode estabelecer qualquer tipo de relação sem o envolvimento de todos os elementos da tríade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo das charges apresentado neste trabalho se propôs a desenvolver uma análise semiótica sobre publicações do gênero, obtidas em dois grandes jornais de circulação nacional. O mesmo tomou como base a história política do Brasil, passando pelo período pós-redemocratização e fazendo um recorte mais específico nos protestos ocorridos em junho de 2013.

Objetivando a compreensão da representação política do gênero opinativo no período pós-redemocratização, conseguimos observar o destaque que a charge alcançou no jornalismo impresso, através de análise das charges que ilustraram os jornais durante a cobertura de manifestações populares.

A discussão do valor histórico das charges dentro do jornalismo brasileiro como meio de representação da cultura política nacional também nos mostrou resultados bastante significativos. Constatamos que, durante a história brasileira, a charge foi fundamental para registrar fatos históricos no jornalismo que, na maioria das vezes, mudaria abruptamente a história política do país.

A análise dos fatos históricos relevantes permitiu verificar como esse gênero do jornalístico opinativo evoluiu e tem estado presente no cotidiano das pessoas, no que tange à expressão de opinião e à busca por incitar opiniões, discussões e reflexões sobre a atualidade e o que ocorre na sociedade que nos cerca.

Ao apresentarmos um estudo comparado entre os jornais *Folha de S. Paulo* e *O Globo*, considerando o uso das charges como gênero jornalístico opinativo na representação da política brasileira, percebemos que os jornais podem tanto se assemelham, quanto se distinguem em seus editoriais.

Ao analisarmos a comunicação feita através das charges com embasamento nas concepções de Peirce e seus interlocutores, identificamos os elementos que as compõe no que diz respeito à sua significação e à representação enquanto gênero do jornalismo opinativo. Suscitamos formas de interpretação e identificação desses elementos nas charges, à luz da semiótica, com a qual foi possível compreender como cada elemento funciona e compõe a imagem.

A semiótica nos possibilitou entender como os signos estão presentes nas charges, e também a compreender a relação entre signo e seu objeto, com o objetivo de estabelecer comunicação entre o chargista e o leitor.

Assim, o trabalho sobre a representação política através da charge permitiu que vislumbrássemos o gênero, indo além de apenas publicações humorísticas e hilariantes, traçando um olhar com o objetivo de ressaltar sua importância no jornalismo opinativo. Constatamos que tanto é possível alcançar leitores através da imagem e suscitar discussões pertinentes sobre o tema tratado, quanto as possibilitadas por outros gêneros jornalísticos.

A análise semiótica realizada possibilitou que compreendêssemos que as mensagens encontradas nas charges através dos símbolos, incitam a interpretação do receptor, partindo do conhecimento que este tem sobre o assunto tratado, que, geralmente, faz parte do seu cotidiano, e possibilita seu reconhecimento e interpretação.

Essas interpretações possibilitadas através das charges, e destrinchadas pela teoria dos signos, serviram para que entendermos e visualizarmos um discurso que vai além do que do que está deliberadamente explícito.

A proposta de análise contida neste trabalho evidencia, mesmo que de maneira moderada, o potencial que a charge possui dentro do gênero opinativo como ferramenta de acesso aos leitores dos jornais impressos, expressando através do humor, a opinião do veículo de comunicação sobre as questões políticas do país.

Os resultados do presente estudo almejam contribuir para que a charge possa ser vista como um componente importante dentro do jornalismo opinativo, por se tratar de algo que incorpora as insatisfações e anseios da sociedade de determinada época. Neste ponto, a charge pode contribuir para que o jornalismo cumpra sua função social de modo a conscientizar a sociedade.

Outra contribuição importante diz respeito aos estudos semióticos, principalmente, através das obras de Charles Peirce e Lúcia Santaella, a principal interlocutora deste primeiro, visto que a utilização dos signos como forma de análise da charge se mostrou bastante eficiente. Assim, acreditamos que os resultados apresentados ao final do trabalho contribuem para compreendermos melhor a função da charge, o seu valor histórico e social na área política, bem como a utilização da semiótica para sua análise no contexto comunicativo dos jornais impressos.

## REFERÊNCIAS

- COELHO NETO, José Teixeira. **Semiótica, informação e comunicação**. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2010.
- COSTA, Carlos. **Devir lança caixa com livros de Caruso**. Disponível em: [http://hqmaniacs.uol.com.br/Devir\\_lanca\\_caixa\\_com\\_livros\\_de\\_Chico\\_Caruso\\_28757.html](http://hqmaniacs.uol.com.br/Devir_lanca_caixa_com_livros_de_Chico_Caruso_28757.html)
- ENCICLOPEDIA ITAÚ CULTURAL. **Glauco**. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa7615/glauco>
- \_\_\_\_\_. **Chico Caruso**. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa9197/chico-caruso>
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário da língua portuguesa**. 5. ed. Curitiba: Positivo, 2010
- FOLHA DE SÃO PAULO. **Política zero traz charges de Glauco que satirizam o governo Lula**. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/livrariadafolha/2015/03/1601805-politica-zero-traz-charges-de-glauco-que-satirizam-o-governo-lula.shtml>
- \_\_\_\_\_. **Era uma vez FH**. Disponível em: <http://livraria.folha.com.br/livros/historia-do-brasil/era-vez-fh-chico-caruso-1020849.html>
- \_\_\_\_\_. **História da folha**. Disponível em: [http://www1.folha.uol.com.br/institucional/historia\\_da\\_folha.shtml](http://www1.folha.uol.com.br/institucional/historia_da_folha.shtml)
- \_\_\_\_\_. **Folha o primeiro jornal brasileiro on-line**. Disponível em: [http://www1.folha.uol.com.br/institucional/folha\\_com.shtml](http://www1.folha.uol.com.br/institucional/folha_com.shtml)
- \_\_\_\_\_. **Linha editorial a marca da folha**. Disponível em: [http://www1.folha.uol.com.br/institucional/linha\\_editorial.shtml](http://www1.folha.uol.com.br/institucional/linha_editorial.shtml)
- FOLHA POLÍTICA. **Pesquisa aponta que 26% dos brasileiros não tem interesse nas eleições**. Disponível em: <http://www.folhapolitica.org/2014/06/pesquisa-aponta-que-26-dos-brasileiros.html>
- GOMES, Henriette Ferreira. **O ambiente informacional e suas tecnologias na construção dos sentidos e significados**. 2000. Disponível em: <http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/view/267/236>
- GOBBI, Maria Cristina. PARNAIBA, Cristiane dos Santos. **Charge jornalística: definição, histórico e funções**. 2013. Disponível em: <http://congresso.pucp.edu.pe/alaic2014/wp-content/uploads/2013/09/vGT17-Cristiane-Parnaiba-Maria-Cristina-Gobbi.pdf>
- GRIPP, Alan. **Retrospectiva: manifestações não foram pelos 20 centavos**. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2013/12/1390207-manifestacoes-nao-foram-pelos-20-centavos.shtml>
- JOLY, Martine. **Introdução à análise da imagem**. 8. ed. Campinas: Papyrus, 2005. 152p.
- LEMONS, Renato. (org.). **Uma história do Brasil através da caricatura**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2006. 174p.

LOURENÇO, Iolando. **Há 30 anos poder voltava aos civis no Brasil.** Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2015-03/ha-30-anos-poder-votava-aos-civis-no-brasil>.

MARTÍ, Silas. **Livro reúne 200 charges políticas do cartunista Glauco Villas Boas.** Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2014/11/1551608-livro-reune-200-charges-politicas-do-cartunista-glauco-villas-boas.shtml>

MARTINS, Franklin. **Jornalismo Político.** 2. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

MELO, José Marques de. **Jornalismo opinativo: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro.** 3. ed. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003. 240p.

MIANI, Rozinaldo Antonio. **Iconografia na imprensa alternativa do Brasil no final do século XX: a presença da caricatura no jornal “Brasil Agora”.** UNESP – FCLAs – CEDAP, v.6, n.1, p.42-67, jun. 2010 Disponível em: <http://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/29/543>

NELTAIR, Abreu Santiago. **Retrosópio – 40 anos da história recente vistos pela charge.** 1. ed. Porto Alegre: L&PM, 2010.

O GLOBO. **Primeira sede.** Disponível em: <http://memoria.oglobo.globo.com/linha-do-tempo/primeira-sede-9657099>

\_\_\_\_\_. **Roberto Marinho na direção.** Disponível em: <http://memoria.oglobo.globo.com/linha-do-tempo/roberto-marinho-na-direccedilatildeo9519686>

PEIRCE, Charles Sanders. **Semiótica e Filosofia.** Tradução Octanny Silveira da Mota e Leônidas Hegenberg. São Paulo: Cultrix, 1975.

\_\_\_\_\_. **Semiótica.** Tradução José Teixeira Coelho Neto 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 2012.

PIGNATARI, Décio. **Semiótica e Literatura.** 3.ed. São Paulo: Cultrix, 1987.

QUADROS, Cynthia Morgana Boos de. et al. **Com a palavra, a charge: entre o jornalismo, a política e a arte.** COMUNICAÇÃO & INFORMAÇÃO v. 12, n.2: p. 48-62 - jul./dez. 2009. Disponível em <http://www.revistas.ufg.br/index.php/ci/article/view/12268>

SANTAELLA, Lúcia. **Semiótica Aplicada.** São Paulo: Pioneira Thomsom Learning, 2002.

SATAELLA, Lucia & NÖTH, Winfried. **Imagem: cognição, semiótica.** 2ª ed. São Paulo: Iluminuras mídia, 1999.

SILVA, Alexandre Rocha da. ARAÚJO, André Corrêa da Silva de. **Semioses do movimento e do tempo no cinema.** 2011. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2011/resumos/R6-1357-1.pdf>

SILVEIRA, Mauro César. **As marcas do preconceito no jornalismo brasileiro e a história do Paraguai Ilustrado.** Intercom – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação São Paulo, v.30, n.2, p. 41-66, jul./dez. 2007.

RIOS, Dellano. **Os mecanismos da Charge.** Plenarium, v.5, n.5. 2008. Disponível <http://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/801>

TOZZI, Camila Cristina Branquinho Barbosa; SILVA, Bruna Gonçalves da; FURLAN Guilherme Medeiros; DURIGAN, Regina Helena de Almeida. **Charge Política: realidade satirizada na mídia impressa.** 2008. Disponível em <http://periodicos.unifacef.com.br/index.php/rec/article/view/443>.